

Sede | *Head Office* Rua José Estêvão 135 - A | piso 1  
Unidade de Marketing, Comunicação e Imagem 1150 - 201 Lisboa | Portugal

T. + 351 21 358 79 15 | F. + 351 21 887 63 51 | [apav.sede@apav.pt](mailto:apav.sede@apav.pt)



## Recortes de Imprensa

27 de Fevereiro de 2008

Cidade Hoje

24-01-2008

Colóquio na Secundária D. Sancho I

## Há muita violência que não é denunciada

«Violência doméstica» foi o tema de um colóquio que se realizou, na passada terça-feira, na Escola Secundária D. Sancho I, e que teve como oradora principal a gestora do gabinete de Braga da Associação de Apoio à Vítima (APAV). A iniciativa foi promovida por um grupo de alunos do 12º ano, no âmbito da disciplina da área de projecto sobre a «Violência na sociedade».

Na palestra foram abordados os vários géneros de violência doméstica, desde a violência

A gestora do gabinete de Braga da Associação de Apoio à Vítima diz que a violência doméstica tem vindo a aumentar mas sublinha que os dados estão aquém da realidade. «Existem ainda muitos casos por denunciar», defendeu, numa palestra promovida na Escola D. Sancho I.

conjugal à violência contra as crianças e contra idosos, funcionando como meio de sensibilização para uma realidade cada vez mais presente na sociedade.

Segundo Teresa Sofia Silva, gestora do gabinete de Braga da APAV, estas iniciativas são fundamentais para uma melhor

compreensão dos alunos quanto aos aspectos relacionados com este fenómeno, servindo como factor de prevenção. «Quanto maior for o conhecimento sobre os casos de violência mais fácil se torna lidar com eles», sublinha aquela responsável, acrescentando que a comunidade escolar constitui um meio

por excelência para passar esta mensagem.

A responsável pela APAV afirma que os dados disponíveis apontam para o crescimento da violência, aumento esse que pode significar apenas «a ponta do icebergue. Isso é um facto que as estatísticas revelam, mas estamos em

crer que existem ainda muitos casos que não são conhecidos», sublinha.

Para Angélica Gomes, uma das alunas que integra este projecto, o aumento da violência tanto doméstica como nas escolas levou o grupo a avançar com este projecto, do qual a palestra é apenas uma das iniciativas. «O nosso projecto passava por informar sobre

os vários tipos de violência, procurando ajudar as pessoas que sejam vítimas», explica, mostrando-se satisfeita com o resultado do colóquio. «Ajudou a esclarecer os alunos, que foram bastante receptivos», sublinha Angélica Gomes.

O grupo de alunos que organizou esta iniciativa vai ainda abordar, durante o ano lectivo, outros temas como a violência no desporto e a violência nas escolas, estando ainda em fase de construção um blog sobre a violência. **Paulo Cortinhas/Patricia Silva**

**Violência doméstica****Números revelam diminuição de casos**

**Contrariando a tendência dos últimos dois anos, as denúncias ligadas à violência doméstica diminuíram em 2007.**

Os números avançados à Renascença pelo Núcleo Mulher e Menor da GNR (NMUME) indicam que a violência contra idosos e crianças (com menos de 16

anos) tem vindo a decrescer, ao contrário do que acontece entre os casais, onde continua a aumentar.

No total, o NMUME registou 8.857 ocorrências em 2007, menos 1,34% que em 2006.

Já no último ano, o núcleo interveio em 8 592 situações/casos entre cônjugues, mais 51 casos que em 2006, enumerou o tenente-coronel Albano Pereira, responsável por este núcleo.

A violência doméstica é um fenómeno que abrange todo o país, mas é no distrito do Porto que se registam mais casos - cerca de 1600 - logo seguido de Lisboa, com mais de 800.

Albano Pereira explica que estes números confirmam a tendência de violência generalizada que se vive nestas zonas.

**Aumenta violência entre namorados jovens**

Para evitar a proximidade entre agressores e agredidos, estão em fase de implementação os projectos piloto de pulseiras electrónicas, avança Elza Pais, da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.

A mesma responsável acrescenta que as experiências-piloto de tratamento dos agressores vão arrancar este ano, pelo que, no início de 2009, vão estar no terreno equipas "treinadas" para dar acompanhamento e tratamento aos agressores.

Facto curioso é apontado por uma psicóloga da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV). Rosário Figueiredo dá conta de um crescente número de casos registados entre namorados logo a partir dos 16 anos.

De acordo com a psicóloga, a nova lei, saída em Setembro de 2007, vem contemplar esta realidade social que dantes era omissa. "A violência doméstica passa a abranger também o ciclo de violência entre namorados e ex-cônjugues".

## Destaque

Assistência a vítimas Diploma que isenta de pagamento está por regulamentar

## Hospital cobra 152 euros em casos de violência doméstica

O hospital de Braga manda para casa das vítimas uma nota de débito da consulta. "Cumpre-se a lei em vigor", diz a administração

Ana Cristina Pereira

● O homem com quem um dia casou e do qual se está a divorciar surpreendeu-a na rua, mesmo ao chegar a casa, com um amigo. Deu-lhe "uma cabeçada" tão forte que ela perdeu o equilíbrio, ficou "estendida no chão". Deslocou-se de imediato para a Urgência hospitalar mais próxima. O médico observou-a, deu-lhe um calmante, desinfetou-lhe a ferida, encaminhando-a para um gineceu. O funcionário registou a ocorrência e ela pegou na carteira. "Disse-me para não pagar já, que me mandariam a factura para casa".

Maria esperava pagar "uns 12 euros" pela urgência de 17 de Novembro. Em Dezembro, era notificada pelo Hospital de São Marcos (Braga) para pagar 8,70 euros de taxa moderadora. Ao mesmo tempo, no mesmo subscrito, recebia uma nota de débito de 143,50 euros para liquidar no prazo de 30 dias, após os quais venceriam juros à taxa legal. Como? Podia o Estado cobrar-lhe 152 euros?

"Fala-se muito de violência doméstica, mas há detalhes que as pessoas não valorizam e que são importantes", indica a escriturária de 43 anos. Nem era a taxa moderadora que a intrigava: desconhecia o Decreto-Lei n.º 201/2007 que isenta as vítimas de violência doméstica. Era a nota de débito que Manuela Silva, chefe de secção do serviço de facturação, apançava também ser da sua responsabilidade: pode pagar e entregar os recibos "ao advogado por si constituído ou apresentá-las no tribunal para juntar ao processo, para que, aquando da sentença judicial, sejam pagas pela pessoa que vier a ser responsabilizada".

Qualquer coisa ali parecia não ba-

*A unidade de saúde quer provas e a vítima só é vítima perante o hospital se o agressor for acusado, julgado e condenado*

## Porquê?

Em que se baseia o hospital para mandar a nota de débito? No artigo 6 do Decreto-Lei n.º 218/99, de 15 de Junho: "1 - As instituições e serviços integrados no Serviço Nacional de Saúde podem constituir-se partes civis em processo penal relativo a facto que tenha dado origem à prestação de cuidados de saúde, para dedução de pedido de pagamento das respectivas despesas. 2 - Para os efeitos previstos no número anterior, o despacho de acusação ou, não o havendo, o despacho de pronúncia é oficialmente notificado às instituições e serviços integrados no Serviço Nacional de Saúde, para, querendo, deduzirem o pedido, em requerimento articulado, no prazo de 20 dias." Alarga o mesmo princípio à taxa.

ter certo com a apregoada vontade governamental de facilitar o acesso das vítimas de violência doméstica aos cuidados de saúde. E se já não quisesse apresentar queixa, como tantas vezes acontece com quem sofre este tipo de crime? E se, indo em frente como é sua vontade, não conseguir fazer prova da agressão que sofreu na rua? Tem de pagar a taxa e a consulta?

## "A pessoa tem que provar"

"Cumpru-se a lei em vigor", afirma Adelaide Alves. A administradora não desconhece o diploma, publicado em Maio do ano passado, a isentar as vítimas de violência doméstica da taxa moderadora. Vinha que "a pessoa tem de provar que foi vítima de agressão doméstica".

O hospital queria uma prova? O marido entrou nas urgências pouco depois de Maria - talvez por força do ataque de nervos. E os médicos até tiveram o cuidado de a reter mais um pouco no consultório para que ela não se cruzasse com ele no corredor da Urgência. A equipa tinha uma percepção clara do que tinha em mãos. Não bastava?

Noutros hospitais bastaria, no Hospital de São Marcos não. O diploma

A Soroptimist fez, o ano passado, uma campanha a recordar as mulheres mortas por violência doméstica



## Cada hospital age à sua maneira

"Uma situação um bocado absurda", diz o presidente da Associação de Administra-

A administradora Adelaide Alves não sabe, até porque "esta é a primeira vez que a questão é colocada" ao Hospital de São Marcos, em Braga, se só vale uma sentença judicial, se basta um documento do Ministério Público, da PSP ou da GNR a atestar a existência de violência doméstica ou se, em alternativa, a vítima pode apresentar duas testemunhas. Contactou outras unidades de saúde para perceber o procedimento alheio, só que cada qual está a agir à sua maneira. O presidente da Associação de Administradores Hospitalares, Manuel Delgado, vê aqui uma "situação um bocado absurda: o legislador concedeu a isenção de taxas moderadoras sem ter o cuidado de tentar perceber como seria exequível".

No Hospital de Santo António, no Porto, por exemplo, perante suspeita de violência intrafamiliar, "faz-se a participação à PSP que

está à porta". O agente "passa um papel à pessoa, que com ele não paga taxa moderadora", descreve o administrador Solari Allegro, convencido de que "esta deve ser a regra nacional".

Já no Hospital de São João, também no Porto, basta "a palavra da vítima". "Quando há suspeita de violência doméstica, o médico acciona a equipa de apoio



social. "Às vezes, há só indícios ligeiros; o médico pede-nos para falar com ela", descreve David Costa, director do serviço social. "Muitas não revelam logo que foram maltratadas". Consoante o relato, a equipa encaminha a vítima para uma organização não-governamental ou para a Segurança Social. Havendo menores na família, acciona a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens. A menos que a agredida não queira, dá conta da ocorrência ao Ministério Público. E a taxa moderadora? Paga a mulher que entra na Urgência e nunca diz que foi agredida. Não paga a que, "sendo vítima", se recusa a apresentar queixa.

A avaliar por estes exemplos, existem, pelo menos, duas lógicas no território nacional. Em hospitais como o São Marcos presume-se que há quem se aproveite do sistema e prioriza-se o combate a uma eventual fraude. Em



Elza Pais

## Queixa deve ditar a isenção da taxa

● A cautela caracteriza o discurso de Elza Pais, presidente da Comissão para a Cidadania e para a Igualdade de Género (CIG), que gere o Plano Nacional de Luta Contra a Violência Doméstica. O decreto-lei que isenta as vítimas deste tipo de crime da taxa moderadora "é muito novo e está por regulamentar". Parece-lhe, porém, "pacífico" afirmar que a queixa deve ditar a isenção.

Muito graças à menor tolerância à violência no seio da família, o número de denúncias tem subido ano após ano - 11.162 em 2000, 20.595 em 2006. Todavia, o número de condenações mantém-se baixo - cerca de 700, lembra Elza Pais, em Novembro, quando esta medida foi anunciada pelo secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, Jorge Lacão.

A socialista advoga "meios de prova, senão as pessoas podem dizer que são vítimas de violência doméstica sem o ser", apenas para beneficiar da isenção. A queixa constitui "uma prova fortíssima". Esperar pela sentença judicial, como sugere o Hospital de São Marcos, em Braga, "não tem sentido", soa-lhe até a "ausência do cumprimento da lei".

Como sabe que as vítimas "querem, ao mesmo tempo, denunciar e perdoar o agressor", Elza Pais reconhece também como prova uma avaliação feita por uma equipa psicossocial, como a do Hospital de São João, no Porto. O modelo corresponde, de resto, ao que fora pensado a nível nacional e que está longe de ter chegado a todas as urgências centrais, como foi prometido pelo Governo:



para que nada falhasse, previa-se contratar técnicos de apoio psicossocial capazes de fazer o acompanhamento das vítimas nas urgências.

Quanto à nota de débito da consulta - que alguns hospitais remetem para a vítima, pedindo-lhe para saldar/juntar ao processo-crime -, Elza Pais nem hesita em afirmar que "deve ser enviada ao agressor, que é quem tem responsabilidade civil" nesta matéria. Nem há o risco das vítimas serem incapazes de dizer o nome e a morada. Na violência doméstica, "o agressor está sempre identificado: é o marido, o ex-marido, o companheiro, o ex-companheiro..."

Talvez haja agora um recurso. "Se a vítima se sente lesada por o serviço não aplicar a lei em vigor deve recorrer à CIG", que agora, orgulha-se, "pode receber queixas relacionadas com discriminação". Esta é, precisa, "uma inovação da nova lei orgânica". A.C.P.

### lores Hospitalares

hospitais como o São João vinga a presunção de verdade. "Se uma mulher entra na Urgência com um olho negro e diz que foi o marido", a equipa acredita. "Não lhe vamos exigir duas testemunhas por causa de uma taxa moderadora, isso é agredi-la", considera David Costa.

Subsistem serviços que, não sendo adeptos da presunção de verdade, não arriscam penalizar a vítima. No Curry Cabral, em Lisboa, quem se assume como vítima assina uma declaração, responsabilizando-se pela veracidade do facto que a isenta de taxa. Manuel Delgado é administrador deste hospital, mas compreende a atitude de Braga. "Os serviços devem funcionar com base num normativo específico, não podem actuar de forma voluntarista". No seu entender, "há lacunas" não só na taxa, também na "ideia de terceiro responsável". A.C.P.

que elenca os grupos isentos estabelece que a prova dos factos se faz através de "documento emitido pelo serviço oficial competente", cita Adelaide Alves. O legislador não menciona nenhuma regra especial para vítimas de violência doméstica. O São Marcos é tão escrupuloso que, segundo Adelaide Alves, nem sequer isenta de taxa moderadora uma grávida de sete meses, a menos que ela tenha um documento médico a atestar a gestação.

### Teia burocrática

Que documento teria, afinal, de ter Maria? A administração ainda não sabe, mas o serviço de facturação já assumiu que é imperioso haver uma sentença judicial. Quer isto dizer que a vítima só é vítima perante o hospital se o agressor for acusado, julgado e condenado.

E aqueles 143,50 euros? Corresponde ao preço de uma consulta num hospital central. Por lei, como há um terceiro responsável, o Serviço Nacional de Saúde (SNS) pode facturar agressões. Quer isto dizer que o hospital pode constituir-se parte civil no processo penal para forçar o agressor a pagar a conta da consulta. Alguns hospitais, como o São Marcos,

remetem uma espécie de pré-factura para a vítima.

E se Maria inventasse que deu um encontrão num armário ou caiu numa escada? "Se não há terceiros envolvidos, a consulta é debitada ao SNS", responde Alves. Isto não inibir uma vítima carenciada de se queixar?

Maria estranha tantos entraves. Não só no hospital. "Só para dar entrada do processo-crime são quase 200 euros" - em bom rigor, 192 euros de taxa de constituição de assistência paga quem não beneficia de apoio judiciário. Como fazer face a estas despesas com um salário de 700 euros e dois filhos (uma rapariga de 12, um rapaz de 18) para criar? O pai deles "só dá 200 euros por mês".

O advogado João Gayo recomendou-lhe calma - tinha seis meses para apresentar queixa, tempo suficiente para requerer apoio judiciário. Maria esperou, sem deixar de se gastar com preocupação. Puxou uns cordéis para acelerar o processo. No início de Janeiro recebeu o OK da Segurança Social. O advogado tratou de tudo, até meteu as facturas do hospital no processo. Maria já foi notificada - dia 26 de Fevereiro desloca-se ao Ministério Público para as primeiras declarações -; o marido também há-de ter sido...

## Destaque

**Violência doméstica Maria, quase 30 anos numa relação "amor-ódio"**

# Era como se a casa mandasse em toda a sua vida

Se partisse, Maria teria de pagar uma renda a um senhorio e parte da prestação da habitação que comprou com o marido

### Reportagem

Ana Cristina Pereira

● Ele começou a agredi-la quando ela tomou "consciência de que [a relação] tinha acabado". A esperança de dias melhores desfizera-se, como um vaso que se parte em mil peças, minúsculas, irreconciliáveis. O que aconteceu? Ela não estava, "ele pôs o filho fora de casa e disse que o matava se o encontrasse ali ao voltar. O filho passou a noite na rua e, de manhã, o pai foi jogar futebol como se nada fosse". Ela não podia calar aquela dor. Aquela não.

Tinham 14 anos quando começaram o namoro, têm 43. "Uma vida inteira" dentro de uma "relação conflituosa", alimentada pela combustão do "amor-ódio". A violência psicológica podia estalar

**700** euros de salário. Como conseguir pagar metade da prestação da casa onde morava com o marido e ainda a renda de outra?

a qualquer instante. E tantas vezes tantas Maria fugiu de casa com os dois filhos, impelida por um pavor indizível.

Procurava auxílio junto dos seus familiares. Procurava auxílio como quem não pode avançar nem recuar. Não se sentia livre para inspirar, expirar e fechar aquela porta para sempre. Procurava auxílio por um ou dois dias e tornava a casa.

Convencido de que descobrira "o amor da sua vida", em 2003, o marido quis levar os filhos de férias para o Algarve com "uma amiga". Maria sentiu-se traída. Surpreendeu-se, apesar de tantas zangas, tantas intempéries. Opôs-se - para evitar guerrilha futura solicitou a regulação do poder paternal.

O tal amor esgotou-se num instante e nem Maria nem o marido saíram. Viveram dentro da mesma casa até Abril de 2007. Dividiam despesas, tarefas. Por um tempo, tornaram a iludir-se com uma bem-aventurança que haveria de vir, a ter saudade da paz que nunca

tiveram.

Como é que se aguenta um casamento destes? "Há muitas condicionantes". Neste caso, como em tantos outros, a maior delas "era a casa".

A casa era "o espaço" de Maria. A casa era a sua "liberdade" e, ao mesmo tempo, a sua prisão. Se saísse, teria de "continuar a pagar metade da prestação" ao banco que lhes concedera o empréstimo. Como, se teria ainda de suportar o aluguer de uma outra habitação? Como, se não auferia mais de 700 euros por mês?

Sentia-se encurralada. De repente, aconteceu aquilo. Maria tomou "consciência de que conseguia". "Quando ele concordou em vender a casa", fez as malas. Partiu e era como se voasse.

Já a agredira duas vezes. Há cerca de um ano, no calor de uma discussão, deu-lhe um empurrão, ela caiu na cozinha. Nem se lembra do que desencadeou tal briga - algo relacionado com o modo como protege o filho: "Ele sempre foi um inferno para o filho, sempre teve ciúmes da nossa relação". Os agentes da PSP mandaram-no sair. Ele saiu, ela e os miúdos também. Voltaram "dois dias mais tarde", na "certeza de que ele estava calmo".

Da segunda vez, Maria tinha ido jantar a casa de um amigo comum com a filha. O marido depressa converteu o amigo em amante. "Ele telefonava para a filha a dizer que me ia matar na auto-estrada. Liguei para o 112, disseram-me para sair na saída mais próxima e para desligar o telemóvel. Quando o tornei a ligar, ele continuava com aquela conversa - a polícia a ouvir".

Da terceira vez, Maria já morava apenas com os filhos, na casa alugada. Ele apanhou-a ao chegar a casa com um amigo que o seu raciocínio converteu noutro amante. Ela tirara a segunda queixa havia oito dias: "Ele disse que estava na psicóloga, que se estava a tratar". Agora não pretende retirar a queixa, a menos que "ele se trate". Agora, pretende ir até ao fim. Com o processo de divórcio litigioso em curso, avançou também com um pedido de penhora de salário para pagar as pensões de alimentos em falta.

Os filhos também são vítimas da violência entre o casal

MANUEL ROBERTO



Edmundo Martinho deu instruções

## Rendimento Social de Inserção não deve ser recusado a quem está em casa-abrigo

● Estava a acontecer, pelo menos, no Centro Distrital de Segurança Social do Porto. Vítimas de violência doméstica que, de repente, fugiam de casa e eram acolhidas numa casa-abrigo requeriam Rendimento Social de Inserção (RSI) e recebiam um "não" por resposta.

A notificação da decisão correspondia a uma carta-tipo: "Encontra-se acolhida em casa-abrigo não reunindo assim as condições para ser titular da prestação, dado que se considera que está a usufruir de prestações sociais que se traduzem na utilização de equipamentos sociais".

Uma casa-abrigo não é igual a um

lar de idosos, insurgia-se Teresa Rosmaninho, das Soroptimist, organização não-governamental que gere um equipamento social desta natureza. Uma casa-abrigo é uma estrutura com uma equipa técnica investida da missão de ajudar vítimas de violência doméstica a reconstruir as suas vidas, o que englobará actuar em múltiplas vertentes, como a habi-



Edmundo Martinho julgava que "o problema", levantado no último encontro nacional de casas-abrigo, "já estava resolvido"

tação, a formação, o emprego.

Edmundo Martinho, presidente do Instituto de Segurança Social, concorda. Julgava que "o problema", levantado ainda no último encontro nacional de casas-abrigo, "já estava resolvido". Este tipo de equipamentos é singular. As mulheres vivem ali "uma situação transitória" resultante do facto de terem sido vítimas de um crime. "A situação foi discutida", recorda Edmundo Martinho. Entende-se que, nestes casos, quem já recebe RSI "deve continuar a receber". E quem o requer não deve ver a sua candidatura recusada pela mera circunstância de ter entrado numa casa-abrigo A.C.P.



## DESTAQUE TV



*O Casal do Ano retrata um par perfeito que, afinal, tem escondido um terrível e chocante segredo.*

Com autoria e realização de Artur Ribeiro, o quarto episódio desta série conta uma história bem conhecida das mulheres: a violência doméstica.

O enredo é baseado na vida secreta de um casal famoso que, por detrás da sua vida "perfeita" de capas de revista esconde uma doentia relação

## A REALIDADE EM NÚMEROS

A APAV, Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, enquanto organização sem fins lucrativos e de voluntariado, que apoia, de forma individualizada, qualificada e humanizada, vítimas de crimes, através da prestação de serviços gratuitos e confidenciais, sentiu desde cedo a necessidade de recolher informação estatística que caracterizasse a sua população alvo. Assim e de acordo com a tendência de anos anteriores, no primeiro semestre de 2007, **os crimes de violência doméstica mais representativos foram os de maus tratos psíquicos (32,5 %) e de maus tratos físicos (30,1%)**. De salientar ainda que tal como em 2006, Lisboa, Porto e Cascais são os concelhos de maior incidência de violência doméstica.



## Marido

# AGRIDE Maria João Bastos

de violência doméstica. Quando o irmão do marido abusador, que nutre uma paixão secreta pela cunhada, se apercebe da negra realidade e decide tentar fazer alguma coisa, vai descobrir o significado da expressão "entre marido e mulher não se mete a colher".

### Ciúmes são o mote

**Pedro** (António Pedro Cerdreira) e **Susana** (Maria João Bastos) são eleitos o Casal do Ano por uma revista cor-de-rosa. O marido é um célebre cirurgião plástico, enquanto a mulher se dedica a causas de caridade. Durante uma entrevista, na luxuosa vivenda do casal, **Pedro** repara que **Susana** parece dar demasiada atenção ao fotógrafo. Mais tarde, quando ficam sozinhos, ele agarra na mulher pelos cabelos e fecha-a numa divisão vazia da cave onde **Susana** permanece durante toda a noite. No dia seguinte, quando o marido lhe

abre a porta da pequena divisão, ela já está submissa e pede-lhe desculpa, reafirmando o amor que sente por ele.

### Quando a salvação chega

**Francisco** (Marco Delgado), irmão de **Pedro**, regressa a Portugal de um mestrado que concluiu nos EUA. Como ainda não tem casa ou trabalho em Lisboa, o jovem fica temporariamente num pequeno anexo da vivenda do irmão. Enquanto **Francisco** está por perto, **Pedro** tem de fazer um esforço para manter a fachada de marido dedicado e bom irmão, mas subtilmente vai fazendo tudo para arranjar trabalho e casa para o irmão.

Para piorar a situação, **Francisco** nutre uma antiga paixão secreta por **Susana**, que foi em parte causa da sua

partida para o estrangeiro, quando a jovem casou com o irmão. Aos poucos, **Francisco** apercebe-se da violência doméstica que **Susana** suporta há anos e decide intervir, revelando o seu amor por ela. Mas a cunhada repele-o, o que o leva a sair de casa do irmão. **Susana** acaba por o procurar e confessar um sentimento recíproco. Quando os dois começam a fazer planos para **Susana** deixar o marido, o casal é apanhado em flagrante por **Pedro**...

Texto: Vanessa Nunes; Fonte: www.apav.pt

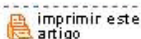
### IMPRENSA EM FOCO

Também neste aspecto a ficção imita a realidade na perfeição. O famoso Casal do Ano vê a sua vida escarrapachada na primeira página de um jornal sensacionalista.

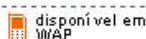


## VIDA

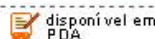
Segunda, 11 de Fevereiro de 2008 10:57



imprimir este  
artigo



disponível em  
WAP



disponível em  
PDA

AUDIO 4+ REGISTO AUDIO [WMP]

### • VIOLENCIA DOMÉSTICA

## Dúvidas sobre cobrança de taxas moderadoras às vítimas

O hospital de São Marcos, em Braga, deixou de cobrar taxas moderadoras às vítimas de violência doméstica, mas a administração confessa que mantém as dúvidas quanto ao decreto-lei anunciado há cerca de um ano e que ainda não foi regulamentado. O secretário-geral da APAV pede uma clarificação urgente da lei.

( 16:46 / 06 de Fevereiro 08 )



A Associação de Apoio à Vítima (APAV) diz que não pode aceitar que os hospitais usem diferentes critérios quanto ao pagamento das taxas moderadoras pelas vítimas da violência doméstica.

João Lázaro, o secretário-geral da APAV, lança por isso um apelo ao Governo: «A situação não é aceitável do ponto de vista da defesa e do apoio à vítima de violência doméstica. Os hospitais assim como as entidades de saúde deverão receber indicações bem precisas em face da falta de clareza e da regulamentação da lei».

O responsável adianta ainda que é urgente maior transparência para que a legislação «se torne verdade e se diga qual é o meio de prova, como é que cada hospital, cada unidade de saúde, vai aceitar» para efeitos de isenção de taxa que alguém é vítima de violência doméstica.

A presidente para a Comissão da Igualdade e dos Direitos das Mulheres, Elza Pais, considera também que a lei é confusa e que é preciso criar uma uniformização de todos os hospitais.

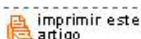
«Precisamos de fazer uma interpretação uniformizada através de um despacho que está a ser definido por parte dos serviços competentes», afirma esta responsável, considerando que como prova «deverá bastar a apresentação de uma queixa» pela vítima à polícia.

O hospital de São Marcos, em Braga, como noticiou o jornal «Público», cobrou mais de 150 euros num caso de violência doméstica, considerando imprescindível para acreditar na vítima uma sentença judicial, embora desde há uma semana esteja a ser aplicada a isenção da taxa moderadora nestes casos.

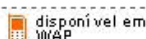
«A partir do momento em que percebemos que esta lei não tem regulamentação e que não podemos estar mais tempo à espera, demos instruções» no sentido de não ser cobrada a taxa, explica Mesquita Machado, o administrador daquele hospital.

O responsável adianta ainda em relação à vítima de agressão que se apresentou ao hospital em Novembro 2007 e à qual foi cobrada 152 euros pelo atendimento, que esta nem chegará a pagar a despesa ou em caso de já o ter feito este valor será reembolsado.

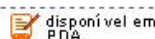
A TSF ouviu ainda o presidente da Associação dos Administradores Hospitalares. Manuel Delgado realça igualmente que é urgente uma regulamentação da lei para acabar com os equívocos.



imprimir este  
artigo



disponível em  
WAP



disponível em  
PDA

João Lázaro, secretário-geral da APAV, diz que é urgente uma clarificação da lei

Mesquita Machado, administrador do São Marcos, em Braga, adianta que o hospital em causa deixou de cobrar taxas moderadoras às vítimas de violência doméstica

Mesquita Machado salienta que a vítima a quem foi cobrada mais de 150 euros não vai pagar a dívida ou se já pagou vai ser reembolsada

Elza Pais, da Comissão para a Igualdade da Mulher, defende uma uniformização dos critérios aplicados pelos hospitais

## ÚLTIMAS NOTÍCIAS

### • SAÚDE

Centros de Saúde passam a ser dar pílulas para seis meses

( 10:36 / 11Fev )

### • TIMOR-LESTE

Ramos-Horta em estado «extremamente grave»

( 10:05 / 11Fev )

### • TIMOR-LESTE

Situação mais calma, mas com possíveis distúrbios

( 09:41 / 11Fev )

### • TIMOR-LESTE

Xanana considera que ataques foram «cobardes»

( 09:02 / 11Fev )

### • TIMOR-LESTE

Vice-presidente de Parlamento assume chefia de Estado interina

( 08:28 / 11Fev )

### • TIMOR-LESTE

Major Alfredo Reinado morto

( 07:53 / 11Fev )

### • SAÚDE

Presidente do INEM demite-se do cargo

( 07:30 / 11Fev )

### • TIMOR-LESTE

José Félix  
da Silva e  
Daniel  
Cotrim \*

## "Este crime não pode ser esquecido"

"É importante que este crime não seja esquecido. Sobretudo que não se esqueça a vítima, que foi agredida e atirada para um lugar hediondo, onde agonizou durante quarenta e oito horas e morreu de afogamento. Tudo porque era um ser humano diferente do comum dos mortais, embora não assim tão diferente, porque há muitos seres humanos como Gisberta. Isto deve fazer a sociedade reflectir sobre a dignidade das pessoas, seja qual for a sua determinação sobre a sua própria vida – neste caso, ser mulher, tendo nascido homem. Obviamen-

te, ninguém pode ser tratado como um saco de pancada que, depois de usado, é atirado para o lixo.

Todavia, está visto que não é assim tão óbvio na mente de todos, ou não teria Gisberta morrido às mãos de treze jovens que, pela sua idade, deveriam estar mais próximos da tolerância do que da rejeição e da vileza.

Todos os crimes nos parecem errados e motivados pelas razões mais disparatadas.

Este crime não o deixa de ser, acrescido do facto de se tratar de um crime motivado, parece-nos, por uma profunda intolerância à diferença e ao outro, naquilo que ele apresenta de mais único e seu: a sua identidade de género. Parece-nos tratar-se de um crime motivado pela homofobia; um exercício de poder sobre uma pessoa que se encontrava numa situação de grande vulnerabilidade física e emocional.

\* Membros da Associação de Apoio à Vítima (APAV)



## Braga

# Isentas de taxa as vítimas de violência caseira

► Nenhuma vítima de violência doméstica paga, na prática, seja o que for por ter dado entrada na urgência do Hospital de S. Marcos, garante o presidente da administração da unidade de saúde depois de ontem ter sido notificado o pagamento de mais de 150 euros por uma mulher alegadamente agredida pelo marido. Lino Mesquita Machado diz: "A alteração legislativa isenta de facto as mulheres vítimas de violência a pagar a taxa moderadora; como ainda não está regulamentada, a lei geral das taxas moderadoras obriga a existência de uma prova".

É a falta desta prova que está a provocar muitas dúvidas. O administrador do S. Marcos diz: "Nem aqui há problema porque a pessoa tem 30 dias para fazer prova. Se entregar uma participação da polícia, da APAV ou assinar um compromisso de honra no hospital, a taxa moderadora (de 9,20 euros) é automaticamente anulada". Diferente é o pagamento dos tratamentos: "Não há nenhuma lei que isente o pagamento seja a quem for do episódio de urgência", esclarece Lino Mesquita Machado. "Neste caso, o valor é debitado ao agressor. Como é que sabemos quem é agressor? Temos que esperar que o tribunal decida e depois a factura será anexada ao processo para ele pagar". Se o casal chegar a acordo ou não existir agressor identificado "é o Serviço Nacional de Saúde que paga".

A delegação de Braga da Associação Portuguesa à Vitória (APAV) não tem "qualquer registo de queixas de vítimas que tenham pago taxas moderadoras". A responsável pela APAV esclarece que uma denúncia na associação "é meio caminho andado para serem referenciadas como vítimas de violência doméstica".

Pedro Antunes Pereira



RÁDIO E TELEVISÃO DE PORTUGAL

---

**21:18- Vítimas de agressão pagam hospital**

Hora:21:00:00

Duração:00:02:39

Uma mulher vítima de violência doméstica foi obrigada a pagar os tratamentos hospitalares depois de ter dado entrada no Hospital de Braga. Comentários de Lino Mesquita Machado, Adm. do Hosp. S. Marcos, João Lázaro, Assoc. Port. de Apoio à Vítima.

---

**Medida.** Hospitais chegam a cobrar mais de 150 euros a pessoas que foram agredidas por familiares, apesar de a lei as isentar. Mas há um vazio legal que dificulta a prova de agressão. A alternativa é utilizar a verba da Comissão de Protecção às Vítimas de Crimes para pedidos de indemnização e que não esgota

## Fundo da justiça vai pagar taxas a vítimas de violência

**Presidência e Saúde prometem uniformizar a lei**

CÉU NEVES

O Governo está a estudar a utilização do fundo de indemnização de vítimas de crimes violentos para pagar as taxas moderadoras no âmbito da violência doméstica. É a forma de ultrapassar a falta de uniformidade que existe na aplicação da lei que isenta as vítimas do pagamento dos cuidados médicos, de Maio de 2007, mas que muitas administrações hospitalares não cumprem, com a justificação de que falta a prova da agressão.

A proposta de transferir o pagamento daqueles cuidados médicos para o fundo de reserva da Comissão de Protecção às Vítimas de Crimes (CPVC) foi apresentada pela União das Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR) e está a ser trabalhada pelos gabinetes do secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros e da ministra da Saúde. O objectivo é garantir que a lei seja aplicada de igual forma por todos os estabelecimentos de saúde.

O problema é definir como. É que os gestores hospitalares querem saber quem é que vai pagar a conta. Enquanto isso não acontece, "é prática corrente a cobrança da urgência, consultas e exames", denuncia Elisabete Faria, presidente da UMAR, acrescentando: "Ainda esta semana foram cobrados os serviços médicos no Hospital Garcia de Orta, em Almada. E isto acontece porque existe um vazio legal."

O Decreto-Lei n.º 201/2007, que isenta o pagamento de taxas moderadoras por parte das vítimas de violência doméstica, remete para um despacho do Ministério da Saúde sobre os termos e as condições do documento que atesta que o utente foi agredido e qual a entidade que o irá passar. Acontece que o despacho nunca foi publicado.



Associações querem retirar a obrigação de apresentar queixa – as pessoas têm vergonha de o fazer

**20,6 mil vítimas em 2006**

Em 2007, a GNR registou 8857 queixas e a PSP recebeu 9218 nos primeiros nove meses

**87% são mulheres**

que foram agredidas em casa, na maioria das situações pelos companheiros

Mas não é aquele o único problema, segundo os técnicos que trabalham nesta área. Isto porque conhecem as dificuldades das vítimas em admitir que são maltratadas por familiares, sobretudo quando têm de dar explicações à funcionária de uma recepção hospitalar.

"As pessoas não gostam de dizer que foram vítimas de agressão, especialmente quando é num espaço doméstico. Um idoso, por exemplo, tem vergonha de dizer que foi o filho que o agrediu", explica Elisabete Brasil. Assim, defende que a isenção de taxas não deveria estar sujeita à apre-

sentação de uma queixa, até porque este é um crime público e a instrução do processo judicial não está dependente da queixa da pessoa agredida.

À Associação Portuguesa de Apoio à Vítima também têm chegado pessoas maltratadas que tiveram de pagar os tratamentos médicos. Para a sua presidente, Joana Marques Vidal, a medida não deveria estar dependente de uma questão burocrática. "A prova ou não prova de que a pessoa foi vítima de violência é facilmente ultrapassada por um exame médico. Os gabinetes médicos dos hospitais podem fazer essa compro-

### CONDIÇÕES PARA NÃO PAGAR TAXAS

Decreto-Lei n.º 173/2003, de 1 de Agosto, obriga sempre à apresentação de prova escrita

- ➔ Lei n.º 201/2007 acrescenta as vítimas de violência doméstica à lista de pessoas isentas (173/2003)
- ➔ A prova dos factos "faz-se por documento emitido pelos serviços oficiais competentes"
- ➔ Os termos e as condições da apresentação do documento são definidos em despacho do ministro da Saúde. Não se fez para a violência doméstica
- ➔ Isentos: grávidas, crianças até 12 anos, desempregados, pensionistas, carenciados, doentes crónicos, alcoólicos e toxicodependentes em recuperação, entre outros
- ➔ Dadores de sangue não pagam desde que tenham uma declaração em como fizeram pelo menos duas dadas no ano anterior

REUTERS/CORBIS

### ASSOCIAÇÕES DE APOIO CRITICAM ENTRAVES BUROCRÁTICAS

Responsáveis da UMAR e da APAV dizem que o Estado e a sociedade civil têm de dar provas concretas de que estão interessados em combater este flagelo que em quase 90% dos casos vitima as mulheres

**UMAR** A presidente da União das Mulheres Alternativa e Resposta, Elisabete Brasil, sublinha a ineficácia de uma medida (isenção de taxas) quando não tem efeitos práticos, e é uma defensora da utilização do fundo de reserva do Ministério da Justiça. "O constante apelo ao aumento e qualificação das



respostas e medidas na área da violência doméstica não se pode ficar pela visibilidade. São urgentes medidas e mecanismos de protecção imediatos e a longo prazo, que protejam as vítimas e deem um sinal claro de que o Estado e a sociedade civil lutam efectivamente contra este flagelo."

**APAV** A presidente da Associação de Apoio à Vítima, Joana Marques Vidal, entende que, "sendo a isenção da taxa um direito consagrado na Lei, este não pode ser impedido por questões burocráticas. Terá de haver, por parte da instituição que a aplica [o Ministério da Saúde], mecanismos pa-



ra ultrapassar as questões burocráticas". Acrescenta que é quase uma questão de bom senso encontrar a forma de avaliar se uma pessoa é vítima de violência doméstica. "Têm de estabelecer um conjunto de critérios de forma a facilitar a aplicação da lei", sublinha.

# Disseisenta?!



REINALDO RODRIGUES

## JOÃO LÁZARO

DIRECTOR EXECUTIVO DA  
ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA  
DE APOIO À VÍTIMA (APAV)

Todos os domingos,  
um olhar diferente  
sobre a semana.

**Isenção do pagamento  
de taxas moderadoras  
para vítimas de  
violência doméstica**

As vítimas de crime devem ter direito à prestação gratuita de cuidados de saúde. É um direito fundamental dos cidadãos que, pelas circunstâncias da vida ou do momento, foram vítimas de um crime. É um direito consagrado na Carta dos Direitos Sociais das Vítimas do fórum europeu que reúne organizações nacionais de apoio à vítima de dezanove países – o Victim Support Europe.

É um direito que deve assistir a todas as vítimas de crime e não apenas a algumas categorias de vítimas. Deverá haver um tratamento diferente por parte do Estado no acesso das vítimas de crime à prestação de cuidados de saúde consoante o tipo de crime de que foram alvo? Por exemplo, uma vítima de um crime sexual ou de uma tentativa de homicídio não é isenta do pagamento das taxas, enquanto uma vítima de violência doméstica o é. É obrigação moral do Estado garantir este direito relativamente a qualquer cidadão vítima de crime, independentemente do tipo de crime que sofreu. Uma política integrada de apoio à vítima a isso aconselha e obriga. Uma visão parcelar, pelo contrário, leva à produção de medidas aparentemente integradas e plenas de boas vontades mas de eficácia reduzida.

A confusão que se instalou relativamente à isenção do pagamento das taxas moderadoras de acesso à prestação de cuidados de saúde no Serviço Nacional de Saúde pelas vítimas de violência doméstica era evitável. E para isso teria bastado um maior cuidado por parte do legislador. Não refere como é que a vítima pode provar a sua qualidade de «vítima de violência doméstica» junto da secretaria da unidade de saúde para beneficiar da isenção. Não o fez na altura, nem desde a sua publicação em Maio do ano passado. Na ausência da definição clara e uniforme das regras e procedimentos a adotar por todas as unidades de saúde de forma a tornar efectivo este direito, sobram a diversidade e a disparidade na sua interpretação. E como se sabe, interpretações de normas há sempre para todos os gostos: desde as unidades de saúde que lhes basta a palavra da vítima ou as circunstâncias da vitimação que apontem para a violência doméstica; até aquelas que, deturpando completamente o espírito da lei, parecem exigir decisão judicial definitiva.

E como provar que se é vítima de violência doméstica? Desde logo, com cópia da participação policial (em muitos hospitais existe um polícia de serviço na urgência); depois, com declaração médica emitida por médico assistente (no centro de saúde ou mesmo no próprio hospital que está a assistir a vítima) ou então por um centro de atendimento a vítimas, como sejam os das organizações não governamentais.

As vítimas de violência doméstica não precisavam de mais esta confusão genuinamente portuguesa. «

DEIXOU SEIS MILHÕES

# Enforcado há um mês

■ ÂNGELA LOPES

**U**m homem com cerca de 50 anos foi ontem encontrado morto num dos quartos da casa onde residia, em Moscavide. O indivíduo tinha-se enforcado há mais de um mês e deixou à mulher uma fortuna avaliada em cerca de seis milhões de euros, apurou o **Correio da Manhã**.

Depois de há cerca de um mês a companheira ter pedido ajuda à Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) por ser alvo de violência doméstica com frequência, o homem terá entrado em desespero e acabou por cometer suicídio enrolando uma corda ao pescoço.

A mulher nunca mais o viu ou contactou pois quando saiu de casa foi viver para um centro de acolhimento da APAV.

O cheiro nauseabundo que emanava da habitação acabou por denunciar a presença do cadáver, já em avançado estado de decomposição. Os vizinhos, que não viam o indivíduo há cerca de um mês, acabaram por alertar as autoridades.

No quarto onde estava o corpo foram encontradas várias cartas com referência a Deus, ao Livro da Atracção (uma das partes da bíblia), à mulher e, entre outras notas pessoais, aos motivos do acto cometido, em desespero.

Outro documento descoberto na residência foi o seu testamento. Apesar dos maus tratos que lhe infligia regularmente, o indivíduo deixou à mulher todo o dinheiro que tinha: uma fortuna avaliada em cerca de seis milhões de euros que o homem terá ganho na Lotaria. ●

Primeira Página

O Olhar

Igreja

Actual

Cultura

Desporto

Outras Secções

Versão PDF



Ver Outras Edições

Assinaturas



Trás-os-Montes

## Denúncias de maus tratos aumentam

15-02-2008

**Idosos são vítimas silenciosas que receiam represálias**  
**Aida Sofia Lima**

Diariamente, milhares de pessoas são vítimas de violência, quer física, psicológica ou financeira, principalmente em contexto doméstico.

O número de casos denunciados tem aumentado no país, contudo, as estatísticas, apesar de revelarem que os cidadãos começam a ganhar consciência dos seus direitos, não são sinónimo de que existam mais casos de violência. Traduzem apenas que o número de queixas cresceu.

Dentro das denúncias, o número de casos de violência em idosos tem aumentado, sendo que a maior parte dos casos de violência que ocorrem em pessoas com mais de 65 anos são praticados por companheiros ou pelos filhos. A maioria dos agredidos é do sexo feminino.

Entre 2001 e 2006, cerca de duas mil e quinhentas pessoas recorreram à Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) para denunciar maus tratos, no entanto, apesar do aumento gradual do número de queixas, os dados não são um reflexo exacto do que se passa realmente, uma vez que, no caso dos idosos, ainda se trata de uma realidade escondida. Muitos dos idosos que recorrem à associação são vítimas continuadas já há algum tempo, mas omitem os factos, quer por vergonha, quer por falta de informação, quer por receio da solidão ou represálias.

Leia mais na [versão PDF](#)

### Sondagem

Concorda com a nova Lei do Tabaco?

☐ Sim

☐ Não

☐ Sem opinião

Votar

### Edição Impressa Assinatura Anual

*Território Nacional*

24,00 €

*Europa*

55,00 €

*Resto do Mundo*

80,00 €





## ■ Dia Europeu da Vítima de Crime

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima vai assinalar amanhã o Dia Europeu da Vítima de Crime com um seminário-debate, em Lisboa, subordinado ao tema 'Criminalidade patrimonial contra sentimento de insegurança'. Estes crimes são metade do total,



# Gabinete de Apoio à Vítima responde a 120 casos em 2007

O Gabinete de Ponta Delgada da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) atendeu 120 casos em 2007, na quase totalidade mulheres alvo de violência doméstica, revela o relatório daquela estrutura.

No Dia Europeu da Vítima de Crime, a gestora do Gabinete, Helena Costa, adiantou à agência Lusa que a violência doméstica apresentou uma percentagem de 99 por cento do total de crimes assinalados, nomeadamente os maus-tratos físicos e psíquicos, seguindo-se as ameaças ou coacção. A maioria das situações que chegaram ao serviço foi da ilha de São Miguel, principalmente dos concelhos de Ponta Delgada e Ribeira Grande, por mulheres entre 26 e os 45 anos.

Segundo as estatísticas, estas



Violência doméstica bem presente

vítimas são domésticas (19,8 por cento), seguindo-se os estudantes (14,3 por cento). Os autores do crime são, maioritariamente, do sexo masculino, entre 36 e 45 anos, na sua maioria desempre-

gados. Em 2007 foram maioritariamente as próprias vítimas que estabeleceram o primeiro contacto com o Gabinete de Apoio de Ponta Delgada, deslocando-se ao local, mas serviram-se também do telefone para o fazerem.

De acordo com o relatório, no último ano, o encaminhamento da vítima foi feito por uma rede de amigos ou conhecidos (9,2 por cento) e a família (5,8 por cento).

Tendo em conta que é nas relações familiares que "crescem os principais focos de tensão", a residência comum (85,7 por cento) foi o local do crime mais referenciado, seguindo-se a casa da vítima com 4,8 por cento.

Entre 2004 e 2007, o Gabinete registou um total de 404 processos de apoio. || LUSA

DIREITOS RESERVADOS



# Apoio à vítima com 120 casos em 2007

Gabinete de Ponta Delgada atende  
sobretudo mulheres vítimas  
de violência doméstica **PÁGINA 5**

## VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA - Angra e Horta são os distritos com menos pedidos de ajuda

Publicado na Segunda-Feira, dia 25 de Fevereiro de 2008, em Actualidade

Ao longo de 2007, a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima recebeu quatro pedidos de apoio em Angra do Heroísmo, os mesmos que na Horta. Em Ponta Delgada foram acompanhadas 71 vítimas de violência. A nível nacional, as mulheres continuam a ser as principais vítimas, mas os homens são cada vez mais agredidos também, representando já 12% da ajuda prestada, num total de 858 casos.

João Moniz

As campanhas sucedem-se, tentando sensibilizar a população para um flagelo que teima em desaparecer. Mas nem todos os apelos das autoridades oficiais ou das várias organizações não governamentais têm sido suficientes para mudar uma realidade negra. Na passada sexta-feira, Dia Europeu da Vítima de Crime, a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) apresentou os dados relativos à sua actividade ao longo de 2007. Dados esses que também contém o trabalho feito pela delegação de Ponta Delgada, única representativa dos Açores. Assim, dos 8373 pedidos de apoio recebidos em todo o País, 120 foram dirigidos à secção de Ponta Delgada. Um total de 1,4% dos casos, percentagem que, apesar de parecer reduzida, acaba por estar ao mesmo nível de secções como as de Loulé, no Algarve, ou de Odivelas, na Grande Lisboa. De facto, esta multiplicidade geográfica - apesar de muitos dos casos estarem concentrados nas grandes urbes como Lisboa (29,2%) ou Porto (17,85) - acaba por ser uma das grandes vantagens da APAV, associação que entre 1990 e 2007 registou um total de 138 526 crimes, através de 73 289 processos de apoio. Como na maior parte dos processos iniciados existiam mais do que uma vítima, a APAV terá apoiada um universo estimado de 150 000 pessoas em 17 anos de existência. Relativamente ao ano passado e tendo por base o todo nacional, os meses de Janeiro (9,4%), Março (9,4%) e Junho (9,6%) demonstraram ser os mais procurados pelos utentes da instituição. termos semanais, a APAV recebe mais utentes entre a segunda-feira (23,6%) e a terça-feira (20,5%), descendo gradualmente nos restantes dias. No que diz respeito ao horário de atendimento, as Unidades Orgânicas da APAV funcionam, regra geral, entre as 9h e as 18h. Neste intervalo, o horário de maior afluxo de utentes foca-se entre as 10h e as 12h (22,7%) e das 15h às 17h (22,2%).

Família e amigos são essenciais

Dos 12 761 apoios prestados no decorrer do ano de 2007, 45% foram de apoio genérico. Já dentro do apoio especializado, foi o jurídico que se destacou face aos restantes com cerca de 24%. Ao nível da intervenção na crise, em cerca de 23% das situações foi necessário intervir de forma imediata com o intuito de contribuir para a redução do stress emocional dos utentes. Uma percentagem bastante elevada destes estabelece um primeiro contacto com a APAV telefonicamente (50,1%). No entanto, tendo em conta a sensibilização dos Técnicos de Apoio à Vítima para o atendimento presencial (44,4%), muitos são os que, mais tarde, se dirigem directamente aos serviços da organização. Habitualmente, é o próprio lesado que estabelece o contacto (67,8%), porém os contactos estabelecidos por familiares (14%) «são de grande importância», esclarece o comunicado da instituição, a que A UNIÃO teve acesso, «uma vez que muitas vezes são estes que conseguem incentivar o utente a procurar ajuda junto das instituições de apoio». Muitas das vítimas chegam à APAV através da rede de amigos/conhecidos (11,8%), essenciais para a decidir que é hora de procurar ajuda. Entre 2005 (10,9%) e 2007 o encaminhamento para a APAV via amigos/conhecidos foi alvo de um aumento de cerca de 1%. A comunicação social (5,6%) e a rede familiar (5,4%) também se apresentam como bons veículos de divulgação, logo seguidos das forças policiais, que foram o elo de ligação em 10% das situações, tendência que se tem mantido nos últimos anos. Como já referido, o suporte familiar (48,9%) revela-se muito significativo em termos da existência de recursos aquando do pedido de apoio à APAV, assim como também o apoio dos amigos (23%). Todavia, 15,1% das vítimas está por sua conta e risco.

Aquando do contacto, a APAV identifica quando é que as pessoas podem ser consideradas vítimas de um crime ou não. Neste último caso, são reencaminhadas de forma personalizada para as outras instituições que possam dar respostas às problemáticas não criminais apresentadas. No total das 17 Unidades Orgânicas da APAV, 16% dos processos iniciados (1332 em 8373) não se enquadravam no âmbito da Associação, não existindo portanto qualquer tipo de crime. A problemática de crime foi assim sinalizada em 84% das situações (7041). Os Açores não são excepção, tanto que dos 120 pedidos de apoio só foram abertos 79 processos: 71 em Ponta Delgada, 4 em Angra do Heroísmo e outros 4 na Horta. Aliás, estes dois últimos distritos açorianos são os que têm menos casos em todo o País. Uma realidade que poderia ser explicada pela distância geográfica do centro de apoio (apenas existente em Ponta Delgada), mas esta teoria cai por terra quando analisados os dados dos distritos alentejanos. Beja, Évora e Portalegre têm mais casos do que Angra e Horta, quando a APAV não tem uma única infra-estrutura naquela região. Em termos gerais, a tendência de anos anteriores mantém-se relativamente ao facto de serem as mulheres (87%, ou seja, 6130) as mais visadas em termos de vitimação. Porém a percentagem de homens vítimas de crime tem vindo a aumentar: em 2005 representavam 10%, em 2006 11% e em 2007 já surgiram com 12%, representativos de 858 casos. Em termos de faixa etária, as vítimas que recorreram à APAV em 2007 situavam-se, em termos de idade, fundamentalmente entre os 26 e os 45 anos. Em 2006 registou-se um total de 32,7% nesta faixa etária, tendo subido para 34,1% em 2007. As crianças, com 506 processos, representam 7,2% e os idosos, com 537 ocorrências, 7,6%. Grande parte das vítimas continuam a ser casadas (47%), vivendo numa família nuclear com filhos (51,4%). Os solteiros (17,7%) e os que vivem num sistema de família monoparental (11%) ainda apresentam valores significativos. Em termos escolares, o ensino superior (9%) e o 3.º ciclo (7,3%) são os níveis de ensino que mais se destacam. Já o nível de empregabilidade ascende aos 40% do total assinalado. Desta forma, o principal meio de vida das vítimas resulta do rendimento do seu próprio trabalho (38,7%). Ainda assim, a percentagem de desemprego é consideravelmente elevada, com valores na ordem dos 18%, sendo que o principal meio de vida destas é sobretudo através do subsídio de desemprego (3,9%) ou do Rendimento Social de Inserção (2,4%), ou ainda e em muitos casos, encontrando-se a cargo da família (16,7%). A par dos desempregados (17,6%) e dos reformados (10,9%), os trabalhadores não qualificados dos serviços e comércio (10,7%) são das profissões mais associadas às vítimas de crime.

### Quem é o agressor?

Uma das principais características de quem pratica o crime é o facto de ser conhecido da vítima, realidade que se aplica em 6852 casos (97,3%). Dos 7041 processos sinalizados, somente em 2,1% (148 casos) o autor do crime era desconhecido da mesma e em 0,6% (41) das situações não foi possível determinar esta condição. Contrariamente ao que sucede com as vítimas, os autores do crime são em quase 90% das situações do sexo masculino. Apesar desta informação, assinala-se os 10% de mulheres autoras de crime que foram sinalizadas pela APAV em 2007. Em termos etários, a faixa que mais sobressai recai entre os 26 e os 55 anos (38,2%). As crianças (1,2%) (7 ataques em menores até aos 10 anos e 75 ocorrências em adolescentes dos 11 aos 17) representam uma minoria no que diz respeito aos autores de crime, bem como as pessoas idosas (3,7%). À semelhança dos ofendidos, também os agressores são em mais de 50% das situações pessoas casadas ou em união de facto (14,4%).

Os solteiros (9,5%) representam uma faixa ainda consideravelmente significativa. Ao nível da profissão, os operários artífices e trabalhadores similares da indústria extractiva e construção civil (6,2%) apresentam os valores mais elevados. Contudo, são os desempregados (13%) e os reformados (7%) que mais sobressaem face aos restantes. Concluindo, «é fundamental salientar que, em termos relacionais vítima/autor do crime, é nas relações familiares que crescem os principais focos de tensão. Mais de 50% das situações sinalizadas ocorrem entre cônjuges/companheiros, seguindo-se os ex-cônjuges/companheiros (9,7%), os pais (8,1%) e os filhos (6,2%). Fora do âmbito familiar, os problemas entre vizinhos (1,7%), conhecidos (1,1%) e a entidade patronal (0,7%) continuam a ser os mais detectados, tal como sucedeu em 2006». Por fim, refira-se que os crimes de violência doméstica merecem grande destaque, uma vez que perfazem mais de 85% dos crimes assinalados. Dentro desta categoria sobressaem os maus tratos físicos (26%), psíquicos (28,5%) e as ameaças/coacção (17,3%). Seguem-se os crimes contra as Pessoas e a Humanidade (9,6%) com destaque para os crimes de ofensas à Integridade física (3,3%) e mais uma vez as ameaças/coacção (2,7%). É ainda de destacar os crimes contra o património e contra a vida em sociedade e estado que em 2007 já rondavam os 0,2% cada. No distrito da Horta, as quatro queixas referem-se a violência doméstica, área que representa três das quatro queixas de Angra do Heroísmo – a outra não está identificada no relatório da APAV, mas é certo que não entra na categoria de crimes contra o património. Em Ponta Delgada, 67 dos 71 crimes foram de violência doméstica. Um flagelo que, no ano passado, de acordo com um levantamento feito pela União Mulheres Alternativa e Resposta com base em notícias publicadas na imprensa, vitimou 24 portugueses, 21 deles mulheres.



## Dia Europeu da vítima do crime



Quinta, 21 Fevereiro 2008



A APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, como organização nacional não governamental de apoio à vítima de crime, assinala o Dia Europeu da Vítima de Crime, dia 22 de Fevereiro.

A data, instituída pelo Fórum Europeu dos Serviços de Apoio à Vítima, actual Victim Support Europe, com objectivo de assinalar os direitos de quem é vítima de crime, será pretexto para a APAV realizar um Seminário-Debate, intitulado "Criminalidade Patrimonial VS. Sentimento de Insegurança". A acção decorre na sede da APAV, em Lisboa, das 14.30 às 18.30 h., tendo como oradores: Joana Marques Vidal (Presidente da APAV); Rui Abrunhosa (Universidade do Minho); Manuel António Ferreira Antunes (Procurador-Geral Adjunto Jubilado); Conceição Gomes (Observatório de Justiça) e Eduardo Ferreira (Docente universitário). Após as intervenções dos oradores terá lugar o debate, no qual participarão também os restantes convidados, entre os quais, polícias, magistrados, deputados, juristas, auditores de justiça, técnicos de reinserção social e jornalistas. Este Seminário-Debate insere-se no novo projecto da APAV que tem como objectivo a sensibilização pública e prevenção dos crimes contra o património e vitimação. Segundo o Relatório Anual de Segurança Interna, ano 2006, do Ministério da Administração Interna, os crimes contra o património representam mais de metade das participações anuais às autoridades policiais. Serão apresentadas as Estatísticas da APAV 2007 que espelham o trabalho efectuado no apoio ao cidadão vítima de crime na sua rede nacional de Gabinetes de Apoio à Vítima, no Número Único APAV, nas Casas de Abrigo e na Unidade de Apoio à Vítima Imigrante e de Discriminação Racial ou Étnica. A Sede da APAV situa-se na Rua José Estêvão, 135 A - Jardim Constantino, Lisboa.

Adicionar aos favoritos (1) | Citar este artigo no seu site | Visualizações: 17



**SOCIEDADE** Relatório da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima contabiliza casos de 2007

# Números de homens vítimas de violência está a aumentar

As mulheres são, ainda, as que mais sofrem com violência doméstica, mas o **número de homens chega já aos 12%.**

**CARLA MARINA MENDES**  
cmendes@destak.pt

De ano para ano o perfil não muda muito: mulheres, jovens, vítimas de violência doméstica perpetrada pelo homem com quem partilham ou partilham a casa e a vida.

Em 2007 - e segundo os dados da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) que o Destak hoje

antecipa, Dia Europeu da Vítima de Crime - o retrato é mais ou menos o mesmo, com 87% das vítimas do sexo feminino. A grande novidade é o aumento do número de homens vitimizados - 12% no ano passado, mais 2% do que em 2005.

Ao todo, a APAV contabilizou 7041 casos de vitimação, 38% dos quais em que foi feita queixa às autoridades competentes. A violência doméstica continua a ser o maior problema (87,2%), seguida dos maus tratos psíquicos (28,5%), físicos (26%) e das ameaças e coações (17,3%).

Na grande maioria das situações (78%), os responsáveis pelos gabinetes da APAV depararam-se com

## O PERFIL DA VÍTIMAS SEGUNDO A APAV

São as mulheres as principais vítimas contabilizadas pelos serviços da APAV. Com idade entre os 26 e os 45 anos, casadas, de nacionalidade portuguesa, possuem, nos casos em que foi apurada a escolaridade, formação superior (9%) ou então o 3.º Ciclo (7,3%). São empregadas, residem em Lisboa (33%) e Porto (11,5%) e são alvo de violência doméstica.

vitimação continuada que, em alguns casos (9,2%), se prolongava entre dois e três anos, mas que durava, em 7,3% dos registos, entre os seis anos e uma década.

## Homeim, casado e português

São poucos os casos de vitimação em que o autor dos crimes é desconhecido da vítima. Segundo os dados da APAV, em 97,3% de todas as situações contabilizadas 'o criminoso era conhecido.

Quanto ao sexo dos agressores, mulheres contaram-se apenas 10%, contra 88% de homens, com mais de 26 anos e menos de 55 (38,2%), de nacionalidade portuguesa.

De destacar ainda que, à semelhança do que aconteceu em anos anteriores, são os conjugues ou companheiros os que mais maltratam (56,3%), seguidos dos antigos companheiros (9,7%) e dos filhos, autores de 6,2% das situações de agressão. ●



87% das vítimas de violência doméstica são mulheres, sobretudo casadas



## **Seminário da APAV assinala Dia Europeu da Vítima de Crime**

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) celebra amanhã, dia 22, na sua sede em Lisboa, o Dia Europeu da Vítima de Crime com a realização de um seminário-debate sobre "Criminalidade Patrimonial vs. Sentimento de Insegurança", a decorrer das 14h30 às 18h30. Trata-se de uma iniciativa que conta com as intervenções da presidente da APAV, Joana Marques Vidal; de Rui Abrunhosa, da Universidade do Minho; do procurador-geral adjunto jubilado Manuel António Ferreira Antunes; de Conceição Gomes, do Observatório de Justiça, e do docente universitário Eduardo Ferreira. Após as intervenções, segue-se um debate. Serão ainda apresentadas as estatísticas de 2007 da APAV que espelham o trabalho efectuado no apoio ao cidadão vítima de crime na sua rede nacional de Gabinetes de Apoio à Vítima, no Número Único APAV, nas Casas de Abrigo e na Unidade de Apoio à Vítima Imigrante e de Discriminação Racial ou Étnica. Este seminário-debate insere-se no novo projecto da APAV que visa a sensibilização pública e a prevenção dos crimes contra o património e a vitimação.



Violência doméstica aumenta em Évora

# Vítimas deixam de ter vergonha em apresentar queixas

■ Maria Antónia Zacarias

A violência doméstica é uma tipologia de crime complicada, sobretudo porque envolve sentimentos que levam ainda muitas das vítimas a desistirem das queixas. Na área de jurisdição da Polícia de Segurança Pública de Évora, e de acordo com os dados fornecidos, a criminalidade da violência contra as pessoas aumentou, atendendo a que houve mais denúncias. "Eu não sei dizer se há mais ou menos violência, o que eu sei é que há mais criminalidade denunciada, mais violência doméstica delatada", afirmou o comandante da PSP de Évora, Intendente José Ferreira de Oliveira.

Segundo os dados fornecidos pela PSP de Évora, entre 2005 e 2007 registaram-se 353 casos de violência doméstica, preferencialmente contra a cónjuge ou companheira, de seguida contra filhos ou enteados e contra os ascendentes. Comparando o ano de 2006 com 2007 registou-se um aumento significativo, pois em 2006 ocorreram 93 casos e em 2007 ascendeu aos 165, sendo que destes 140 foram contra a cónjuge ou companheira.

No que concerne ao sexo dos suspeitos, os homens continuam a ser os principais agressores, havendo contudo um dado novo

que é a verificação de um ligeiro aumento das mulheres como agressoras. Em 2006 registaram-se nove casos de agressão por

parte das mulheres e em 2007, 27.

Ainda na área de jurisdição do Comando Distrital da PSP de Évora há a salientar a grande diferença entre os casos de violência doméstica entre Évora e Estremoz, uma vez que a cidade de Estremoz é mais pacífica. "Em 2007 verificaram-se 154 casos de violência doméstica e, em Estremoz, em igual período, apenas 11", explicou o comandante.

Em seu entender, este aumento dos dados de violência explicam-se pelas campanhas de sensibilização que têm vindo a ser feitas na comunicação social, "mas também de uma maior propensão das vítimas para apresentar queixa. Certamente há pouco tempo atrás havia um certo receio das pessoas se dirigirem à PSP, mas esse receio hoje em dia já não existe". O Intendente José Ferreira de Oliveira avançou ainda que tem havido por parte da PSP, nomeadamente através do policiamento de proximidade, um conjunto de campanhas de sensibilização na cidade que tem sido feito porta a porta "para que as pessoas ganhem mais confiança na polícia".

## Gabinete da PSP dá apoio a homens e mulheres

As Salas de Apoio à Vítima existem nas duas esquadras da PSP, em Estremoz e Évora. No entanto, só em Évora existe mesmo um gabinete vocacionado para esta tipologia de criminalidade. "Há dois anos coloquei uma pessoa que tem por função fazer o acompanhamento desde o início da queixa até ao inquérito que é dirigido pelo ministério público", afirmou o comandante, acrescentando que tomou essa decisão devido às determinações da Direcção Nacional da PSP, "mas também porque entendi que o número de casos justificava que a centralização de processos numa só pessoa que tivesse uma sensibilidade especial para lidar com estas situações".

O comandante faz questão de salientar que a PSP tem por missão, em primeiro lugar, fazer a

prevenção para a criminalidade, mas quando esta prevenção falha, tem que actuar e tentar resolver o problema. "Assim, quando a vítima vem ter conosco, a PSP informa-a dos seus direitos, recolhe os seus depoimentos, encaminha-a para a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, que só existe em Évora, e depois faz o tratamento do resto do inquérito", explicou.

No entanto, há situações em que a PSP tem que ter uma intervenção ainda maior, chegando a apoiar as pessoas que estão prestes a ser de novo agredidas, fazendo um trabalho dissuasor. "Já ocorreram casos pontuais de pessoas que nos dão o número de telemóvel para pedirem socorro se isso se justificar e nesses casos temos mesmo de actuar, protegendo a vítima", sublinhou.





# Na luta contra a violência doméstica

A violência doméstica assume uma dimensão preocupante nas sociedades ocidentais, e Portugal não é excepção tal como o não é o concelho de Cascais, onde os casos denunciados aumentam de ano para ano.

Daí a importância de que se revestiu o fórum realizado, ontem, no Centro Cultural de Cascais, cujo tema foi precisamente este flagelo, durante o qual a Câmara de Cascais apresentou, o Plano Municipal Contra a Violência Doméstica.

Tornou-se, pois, o município cascalense, pioneiro na tentativa de debelar um problema que, segundo dados de 2006 do Conselho da Europa, afecta, 12 a 15 por cento das mulheres europeias com mais de 16 anos, pessoas que vivem situações

de violência numa relação conjugal, muitas delas continuando a sofrer física e sexualmente mesmo após a ruptura.

Em Cascais, entre 2004 e 2006, verificou-se um aumento de denúncias registadas pelas forças policiais «na ordem dos 110 por cento», o que corresponde a uma média de 10 situações semanais.

Também no que respeita aos processos abertos pela Associação de Protecção à Vítima (APAV), aumentaram bastante desde 2006, obrigando a instituição a adaptar-se, quer em termos de horário de funcionamento, quer de equipas, para fazer face à procura crescente, a partir das instalações diminutas de que dispõe.

Dados que revelam uma realidade grave que a autarquia de Cascais se

propõe combater. Assim, foi constituído, em Abril de 2003, o Fórum Municipal de Cascais contra a Violência Doméstica, que integra, para além de alguns serviços da autarquia, entre outras entidades, a PSP, GNR, APAV, Centro Comunitário de São João e São Pedro, Centro de Saúde de Cascais e Centro de Saúde Mental de Parede e algumas escolas do concelho.

Instrumento de observação, acompanhamento e prevenção a nível local, o Fórum elaborou o Plano Municipal para o período 2008-2011, dividido em quatro objectivos estratégicos e 11 medidas, introduzindo uma perspectiva temporal mais alargada e mais consentânea com a natureza dos problemas em causa.



APAV estuda população alvo

Foto: SXC

## APAV: Pedidos de apoio aumentaram em 2007

Por [Daniela Assunção](#) - [ljcc05086@icicom.up.pt](mailto:ljcc05086@icicom.up.pt)

Publicado: 22.02.2008

Marcadores: [Violência](#)

**A conclusão é do estudo realizado pela APAV. Violência doméstica continua a ser o crime mais registado.**

No Dia Europeu da Vítima de Crime, a Associação de Apoio à Vítima (APAV) apresentou um relatório estatístico que revela que há uma maior visibilidade da

vitimação em termos globais.

Segundo os dados estatísticos, os pedidos de apoio à associação aumentaram 0,6%, o que representa 438 requisitos a mais, comparativamente a 2006. A comunicação social é apontada pela APAV como o seu principal meio de divulgação.

Da categoria de crimes, o que mais se destaca é o da violência doméstica, que totalizou 14.534 queixas (mais de 85%). Helena Guerreiro Sampaio, assessora técnica da APAV, sublinha que apesar da abundância deste tipo de crimes “há a possibilidade de minimizar os efeitos negativos, mas impossível erradicar o fenómeno”. A redução de ocorrências deve-se à “melhoria das atitudes de alguns actores das autoridades oficiais”.

A assessora apela também à implementação de novas medidas, tais como: “encarar no quadro de estratégias de prevenção a redução dos níveis de vitimação e dar ênfase quer ao papel da família, da escola, da comunidade e das condições e necessidades sociais, quer à intensificação da protecção, apoio às vítimas de crimes”.

Para Helena Guerreiro este estudo vem demonstrar que “há uma maior consciencialização por parte da sociedade em geral para a questão da criminalidade patrimonial e vitimação”. No entanto, reitera que é importante “sensibilizar a opinião pública no sentido de se prevenir a vitimação e minimizar o sentimento de insegurança”.



# grande destaque

HOJE

DIA EUROPEU DE APOIO À VÍTIMA DE CRIME

## Mulheres continuam a ser o principal alvo da violência

No âmbito do Dia Europeu de Apoio à Víctima de Crime, o NM falou com diversas instituições de apoio. É certo que 87 por cento das vítimas de violência continuam a ser mulheres, mas tal fenómeno já não se circunscreve apenas ao sexo feminino ou à agressão física pura e simples

Marta Matreno



Luis Brás

Os números estão à vista e não enganam: o relatório de estatísticas nacionais 2007 da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), a que o NM teve acesso, conta com 7041 processos, dos quais 6852 (97,3 por cento) foram considerados casos de crime. Os dados são revelados no âmbito do Dia Europeu de Apoio à Vítima de Crime.

Sobre o mesmo, João Lazaro, Director Executivo da APAV, adiantou ao NM que, "em termos históricos este dia é aproveitado para assinalar os direitos das vítimas de crime, assim como para sensibilizar a população para o facto de este ser uma assunto que merece grande atenção".

Ao longo de 18 anos de trabalho, a APAV tem desenvolvido um distintivo trabalho junto

das vítimas de crime, tendo, até à data, apoiado 150 mil pessoas. "Enquanto organização sem fins

lucrativos e de voluntariado, a APAV apoia vítimas de forma humanizada e qualificada", ex-

plicou ao NM João Lazaro, adiantando que, ao todo, este organismo "conta com 15 gabinetes

de apoio e entre 200 a 220 voluntários, que vão desde psicólogos a administrativos".

Violência doméstica, violência psicológica e sexual são alguns dos exemplos, segundo a associação, que podem fazer de qualquer pessoa uma vítima: "São vários os crimes que podem resultar numa vítima. Este ano, a APAV está a dar especial destaque aos crimes patrimoniais (roubo, furto). Um tema pouco conhecido na população em geral".

### "TEMOS DUAS A TRÊS SITUAÇÕES NOVAS POR SEMANA"

"As pessoas têm tendência a culpabilizar as mulheres por não procurarem ajuda, o que é errado", explicou Raquel Cardoso, presidente da Associação de Mulheres Contra a Violência, adiantando mesmo que existe um estereótipo de que "não se pode trabalhar no sentido do défice da mulher, porque estas não são as culpadas, são as vítimas".

Relativamente ao trabalho da associação, a responsável explicou que este se processa em três variantes: "Violência doméstica, vítimas de violência sexual e sobreviventes de abuso", descortinando que, por norma, têm duas a três situações novas por semana.

Um atendimento técnico num trabalho individualizado é o dia-a-dia desta associação que, acolhe vítimas em situações extremas que, normalmente, resultam no internamento das mesmas. Face a esta situação, é

### Alguns dados do relatório da APAV:

\* Entre 1990 e 2007, foram denunciados 138.526 crimes pessoalmente e 73.289 processos de apoio, o que se traduz em 150 mil pessoas apoiadas desde a criação da associação

\* Os meses de Janeiro (9,4 por cento), Março (9,4 por cento) e Junho (9,6 por cento) foram os mais representativos, sendo as unidades orgânicas de Lisboa (29,2 por cento), do Porto (17,8 por cento) e Cascais (9,6 por cento) aquelas que contaram com mais queixas no ano transacto

\* 50, 1 por cento das pessoas contactou a APAV por telefone, sendo que 44, 4 por cento do relato foi feito presencialmente

\* Em 67,8 por cento dos casos é o lesado que se dirige à associação e, em 14 por cento, os familiares

\* Tendência mantém-se: as mulheres constituem o principal alvo de violência, com 87 por cento dos casos. No entanto, os casos no sexo masculino têm vindo a aumentar ligeiramente, passando dos 11 por cento em 2006 para os 12 por cento em 2007

\* A maioria dos casos relatados diz respeito a pessoas de origem europeia (78,9 por cento), sobretudo portugueses, com 73,4 por cento

## grande destaque

dada, segundo Raquel Cardoso, "ajuda técnica e resposta imediata numa relação de confiança mútua que tem por base a segurança da vítima".

Da associação faz ainda parte um tipo de apoio, o qual intitulam de «refúgio». "Casos de acolhimento residencial, para mulheres maiores de 18 anos, que tenham sido vítimas de violência", frisou a responsável, acrescentando que às mulheres é dada "comida e casa num processo de autonomia temporário até que estas resolvam a sua situação".

### JOVENS EM RISCO

Os mais novos constituem outro dos temas que mais acompanha a sociedade actual e que merece destaque, não só no Dia Europeu de Apoio à Vítima de Crime, mas também em qualquer altura do ano, tendo em conta o aumento da incidência de casos de abusos contra jovens.

A este propósito, Armando Leandro, presidente da Comissão Nacional de Protecção das Crianças e Jovens em Risco, revela que "os casos de violência em jovens são cada vez mais

comuns, mas a consciência de que a prevenção é essencial também existe. E é em dias como este que se chama mais a atenção para esta questão".

A confiança que as pessoas têm vindo a ganhar em relação às instituições nacionais é, segundo o responsável da comissão, a "principal impulsora para que, hoje em dia, se saiba mais deste tipo de violência, que pode ir desde os maus-tratos até abusos sexuais".

Relativamente ao papel da comissão, Armando Leandro revela que esta "tem a obrigação de acompanhar e avaliar as comissões locais, que existem em quase todos os concelhos do País", adiantando que este trabalho começa "na prevenção, com o intuito de evitar violações e abandonos, e termina numa intervenção prática junto dos jovens, com o intuito de solucionar o problema".



Luis Bras

### ALCANÇE DO ESTADO DE DESESPERO

"Por norma, a vítima não se consegue libertar do que lhe está a acontecer, chegando a um estado de desespero". É desta forma que Adriano Vaz Serra, presidente da Sociedade Portuguesa de Psiquiatria e Saúde Mental, classifica quem sofre dos mais variados tipos de violência, "desde doméstica, sexual até à violência no trabalho".

Assédio moral no local de trabalho - ou «mobbing», como é conhecido internacionalmente - é um tipo de violência, que segundo o director do Serviço de Psiquiatria dos Hospitais Universitários de Coimbra, está a aumentar significativamente: "A violência no trabalho é cada vez mais comum. Dados recentes de um inquérito, feito pela Universidade de Coimbra, revelam que, nesta

cidade, 5,9 por cento dos inquiridos sofrem deste tipo de violência".

Abuso infantil e violência doméstica merecem destaque para o especialista: "O abuso de menores pode causar prejuízos para toda a vida. Já a violência doméstica, com grande incidência no nosso País, causa humilhação e exclusão social, entre outros, e dificilmente é relatada".



Luis Bras

## Conceito de Vítima

Vítima: uma palavra que diz muito a várias pessoas numa sociedade cada vez mais virada para todo o tipo de violências. Os telejornais abrem com «relatos» de violência. Os jornais fazem manchetes com histórias de mortes, crimes, violência e todo o tipo de «catástrofes». Com origem nos termos latinos «victimia» e «victus», no sentido originário, esta palavra designava a pessoa ou animal sacrificado aos deuses no paganismo. Actualmente, esta palavra estende-se aos mais variados sentidos. No entanto, vítima é geralmente designada como alguém que sofre os resultados infelizes dos próprios actos, de outros, ou até mesmo do acaso - e aqui actuam os factores exteriores. No sentido, jurídico, vítima é representado por aquele que sofre directamente a ofensa ou ameaça ao bem tutelado ao direito (honra, vida ou liberdade).

## Fundadora do Movimento de Libertação das Mulheres morre aos 66 anos

A feminista Madalena Barbosa, fundadora em Abril de 1974 do Movimento de Libertação das Mulheres (MLM), morreu ontem aos 66 anos, após ter dedicado toda a sua vida a defender os direitos das mulheres e a igualdade de género. No decorrer da sua carreira, a activista representou Portugal e a União Europeia em várias cimeiras e conferências internacionais, nomeadamente em Nova Iorque. A União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR) lamentou o falecimento da feminista, "uma mulher que sempre se afirmou como feminista em todas as dimensões da sua vida" pode ler-se na mensagem de Elisabete Brasil, presidente da associação, colocada no site da mesma. Na mensagem, Elisabete Brasil aproveitou para apelar à presença das feministas portuguesas nas cerimónias fúnebres de Madalena Barbosa, que se realizam hoje, às 16h00, na casa mortuária Santa Joana, em Lisboa.

## Perfil vítima 2007 (APAV)

Sexo: feminino (87 por cento)  
Idade: Entre os 26 e os 45 anos (34, 1 por cento)  
Dependência: Nenhuma (31,7 por cento)  
Estado Civil: Casado/a (47 por cento)  
Tipo família: Com filhos (51,4 por cento)  
Nacionalidade: Portuguesa (73, 4 por cento)  
Nível de ensino: Superior (nove por cento)  
Distrito: Lisboa (33 por cento)  
Tipo de violência: Doméstica (87,2 por cento)

## SOCIEDADE

IMPRIMIR

ENVIAR

LER COMENTÁRIOS

COMENTAR

A

A

A

A



### APAV: violência doméstica domina casos

2008/02/22 | 15:20

**Açores: violência doméstica constituiu 99 por cento do total de crimes**

Violência [arquivo]

MULTIMÉDIA:

[Fotografias](#)

MAIS:

[Mais de 20 mulheres mortas em casa em 2007](#)

[Violência doméstica: PCP pede explicações](#)

O Gabinete de Ponta Delgada da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) atendeu 120 casos em 2007, na quase totalidade mulheres alvo de violência doméstica, revela o relatório daquela estrutura, informa a Lusa.

No Dia Europeu da Vítima de Crime, a gestora do Gabinete, Helena Costa, adiantou que a violência doméstica apresentou uma percentagem de 99 por cento do total de crimes assinalados, nomeadamente os maus-tratos físicos e psíquicos, seguindo-se as ameaças ou coacção.

A maioria das situações que chegaram ao serviço foi da ilha de São Miguel, principalmente dos concelhos de Ponta Delgada e Ribeira Grande, mulheres entre os 26 e os 45 anos.

Segundo as estatísticas, estas vítimas são domésticas (19,8 por cento), seguindo-se os estudantes (14,3 por cento).

Os autores do crime são, maioritariamente, do sexo masculino, entre os 36 e os 45 anos, na sua maioria desempregados.

#### Como pensa um criminoso sexual?

#### Cascais investe no combate à violência doméstica

Em 2007, foram maioritariamente as próprias vítimas que estabeleceram o primeiro contacto com o Gabinete de Apoio de Ponta Delgada, deslocando-se ao local, mas serviram-se também do telefone para o fazerem.

De acordo com o relatório, no último ano, o encaminhamento da vítima foi feito por uma rede de amigos ou conhecidos (9,2 por cento) e a família (5,8 por cento).

Tendo em conta que são nas relações familiares que «crescem os principais focos de tensão», a residência comum (85,7 por cento) foi o local do crime mais referenciado, seguindo-se a casa da vítima com 4,8 por cento.

As pessoas casadas, vivendo numa família de tipo nuclear com filhos, foram as que mais recorreram ao Gabinete de Ponta Delgada, em 2007.

Helena Costa explicou que, do total dos 120 processos iniciados no ano passado, «24 por cento não se enquadravam no âmbito da Associação, não existindo portanto qualquer tipo de crime nestes casos».

### ÚLTIMA HORA

#### Protesto no telhado do Parlamento

Mais de 600 crianças terão sido abusadas em 2007

CML: especialistas contra solução para empréstimo

«Não sei se famílias vão ter dinheiro para comer»

Abuso de menores: guia de procedimentos



#### Perfumarias Online

Perfumes Homem, Mulher, Cosmética e Maquilhagem Portes Gratis

[www.perfumariasonline.com](http://www.perfumariasonline.com)

#### Iniciativa de negocio

Faça parte de um grande projecto area saude e bem estar

[www.tni.com/noniazores](http://www.tni.com/noniazores)

#### 12 Hotéis Ponta Delgada

Reserve agora e pague no Hotel. Hotéis confortáveis e económicos.

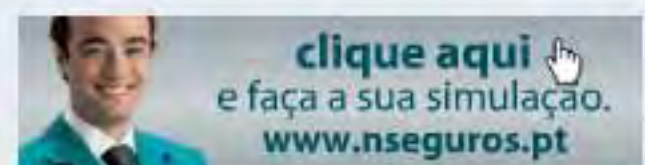
[www.booking.com/delgada-hotels](http://www.booking.com/delgada-hotels)

#### Óculos de Tiro

Polycarbonato Balístico da Ess. Alta visibilidade e conforto.

[camuflado.com/tiro](http://camuflado.com/tiro)

Anúncios





Miguel Madeira

Dia Europeu da Vítima de Crime

## Açores: Violência doméstica domina casos apoiados pelo Gabinete de Apoio à Vítima

22.02.2008 - 15h34

O Gabinete de Ponta Delgada da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) atendeu 120 casos em 2007, na quase totalidade mulheres alvo de violência doméstica, revela o relatório daquela estrutura.

No Dia Europeu da Vítima de Crime, a gestora do Gabinete, Helena Costa, adiantou à agência Lusa que a violência doméstica apresentou uma percentagem de 99 por cento do total de crimes assinalados, nomeadamente os maus-tratos físicos e psíquicos, seguindo-se as ameaças ou coacção.

A maioria das situações que chegaram ao serviço foi da ilha de São Miguel, principalmente dos concelhos de Ponta Delgada e Ribeira Grande, mulheres entre os 26 e os 45 anos.

Segundo as estatísticas, estas vítimas são domésticas (19,8 por cento), seguindo-se os estudantes (14,3 por cento).

Os autores do crime são, maioritariamente, do sexo masculino, entre os 36 e os 45 anos, na sua maioria desempregados.

**Em 2007 foram as próprias vítimas que estabeleceram o primeiro contacto com o Gabinete**

Em 2007, foram maioritariamente as próprias vítimas que estabeleceram o primeiro contacto com o Gabinete de Apoio de Ponta Delgada, deslocando-se ao local, mas serviram-se também do telefone para o fazerem.

De acordo com o relatório, no último ano, o encaminhamento da vítima foi feito por uma rede de amigos ou conhecidos (9,2 por cento) e a família (5,8 por cento).

Tendo em conta que são nas relações familiares que "crescem os principais focos de tensão", a residência comum (85,7 por cento) foi o local do crime mais referenciado, seguindo-se a casa da vítima com 4,8 por cento.

As pessoas casadas, vivendo numa família de tipo nuclear com filhos, foram as que mais recorreram ao Gabinete de Ponta Delgada, em 2007.

Helena Costa explicou que, do total dos 120 processos iniciados no ano passado, "24 por cento não se enquadravam no âmbito da Associação, não existindo portanto qualquer tipo de crime nestes casos".

O Gabinete de Ponta Delgada da APAV foi criado em Fevereiro de 2004, funcionando desde então num espaço que pertence à Câmara Municipal de Ponta Delgada.

Em Março próximo a estrutura inaugura o seu espaço próprio, novas instalações que vão permitir "uma maior privacidade no atendimento aos utentes", sublinhou Helena Costa.

O Gabinete presta apoio jurídico, social e psicológico às vítimas, ajudando ainda as suas respectivas famílias.

Entre 2004 e 2007, o Gabinete registou um total de 404 processos de apoio.



99 por cento dos crimes foram de violência doméstica



A- A+



22 FEVEREIRO 2008



## INFERÊNCIAS

### Bloco de Esquerda - Palmela

Inauguração de nova sede no Pinhal Novo

### AGENDA

Dia 22 de Fevereiro

DIA EUROPEU DA VÍTIMA DE CRIME

### Horóscopos Diários

Dia 22 de Fevereiro

Por Maria Helena

### Entrevista Interactiva

João Lobo - Presidente da Câmara Municipal da Moita  
Faça a sua pergunta

### Carreira 7

Horário 20.02

As listas

### Carreira 7

Horário 19.02

Acreditar

### Carreira 7

Horário 18.02

Quotidianos

### Nota Editorial

Uma página para a história  
Acontecimento inédito na  
comunicação social da região do  
Barreiro e Distrito de Setúbal

## associativismo

### Associação Portuguesa de Apoio à Vítima

#### Assinala, amanhã, Dia Europeu da Vítima de Crime

*A APAV - Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, como organização nacional não governamental de apoio à vítima de crime, celebra amanhã, dia 22 de Fevereiro, o Dia Europeu da Vítima de Crime. Este Dia foi instituído pelo Fórum Europeu dos Serviços de Apoio à Vítima, actual Victim Support Europe, com o objectivo de assinalar os direitos de quem é vítima de crime.*



*Este ano a APAV irá evocar o Dia com a realização de um Seminário-Debate, sob o tema: "Criminalidade Patrimonial VS. Sentimento de Insegurança".*

Seminário Debate - "Criminalidade Patrimonial VS. Sentimento de Insegurança"

O Seminário-Debate, tem por tema "Criminalidade Patrimonial VS. Sentimento de Insegurança" e realiza-se amanhã, dia 22 de Fevereiro, das 14h30 às 18h30 na sede da APAV (Rua José Estêvão, 135 A - Jardim Constantino, Lisboa). No seminário vão estar presentes os seguintes oradores: Joana Marques Vidal (Presidente da APAV), Rui Abrunhosa (Universidade do Minho), Manuel António Ferreira Antunes (Procurador-Geral Adjunto Jubilado), Conceição Gomes (Observatório de Justiça) e Eduardo Ferreira (Docente universitário). Após as intervenções dos oradores terá lugar o debate. Outros convidados vão estar presentes, de diferentes áreas, desde polícias, magistrados, deputados, juristas, auditores de justiça, técnicos de reinserção social ou jornalistas.

Projecto visa sensibilização pública e prevenção dos crimes contra o património e vitimação

Este Seminário-Debate insere-se no novo projecto da APAV que tem como objectivo a sensibilização pública e prevenção dos crimes contra o património e vitimação. Segundo o Relatório Anual de Segurança Interna - Ano 2006, do Ministério da Administração Interna, os crimes contra o património representam mais de metade das participações anuais às autoridades policiais.

Serão ainda apresentadas as Estatísticas da APAV 2007, que espelham o trabalho efectuado no apoio ao cidadão vítima de crime, na sua rede nacional de Gabinetes de Apoio à Vítima, no Número Único APAV, nas Casas de Abrigo e na Unidade de Apoio à Vítima Imigrante e de Discriminação Racial ou Étnica.

21.2.2008 - 15:32

imprimir

# Namorar já não é o que era

*A Região registou, no ano passado, 289 divórcios e 51 casos de violência doméstica*

**Ontem foi assinalado o Dia dos Namorados. Durante as últimas semanas, todas as atenções centraram-se nas lojas repletas de produtos relacionados com o amor. Porém, há quem veja este dia virado mais para o lado comercial do que o sentimental.**

SARA SILVINO

ssilvino@tribunadamadeira.pt



**O** Dia de S. Valentim (Dia dos Namorados), comemorado ontem, é uma data especial e dedicada ao amor.

As lojas enchem as suas montras com produtos onde o desenho de um coração e a mensagem "I Love You" estão sempre presentes. A restauração também promove ementas com nomes atractivos e as lojas de flores vivem este dia com muita intensidade, para o negócio. Tudo a favor do amor.

Contudo, e segundo as estatísticas, parece que o amor "não fala mais alto".

Dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) referem que houve, na Região Autónoma da Madeira, 548 divórcios em 2005 e 567 em 2006. Em 2007 esse número baixou para 289. Mas ainda assim bastante alto.

Este fenómeno também é verificável no continente europeu.

Entre 1995 e 2004, Portugal foi o país da Europa com maior crescimento do número de divórcios.

Essa realidade é apontada pelas estatísticas do INE.

Segundo os dados oficiais mais recentes, em 2005 registaram-se 48.671 novos casais. Nesse mesmo ano, os divórcios foram na ordem dos 22.853.

## A violência doméstica aumentou 10% em 2007

A violência doméstica apresenta também números preocupantes.

A Madeira registou, no ano passado, 51 casos de violência doméstica. Os números referem-se ao primeiro trimestre, revelando cerca de um terço do total de casos denunciados em 2006.

Segundo dados da Associação de Apoio à Vítima (APAV), a violência doméstica aumentou 10%, no primeiro semestre de 2007.

No período correspondente entre 2000 e 2006, o número de ocorrências de violência doméstica registadas pelas forças de segurança quase duplicou, passando

dos 11.162 para 20.595.

Em 2006, segundo dados da APAV, 112 mulheres foram vítimas de violência doméstica por dia. A Associação apoiou uma média de 36 utentes por dia.

Segundo dados da PSP, registados nos primeiros nove meses de 2007, houve 9.218 denúncias de violência doméstica, das quais 7.938 referem-se a casos de agressão a mulheres, 343 a menores de 16 anos e 703 a idosos.

De acordo com os dados oficiais, 6.818 casos de violência doméstica denunciados foram praticados contra o cônjuge.

O namoro está associado a uma fase romântica da vida e o Dia dos Namorados serve para assinalar essa fase.

No entanto, as agressões dentro do namoro também são sinais evidentes de que nem tudo é um "mar de rosas".

Muitas vezes, o ciúme é usado como uma desculpa para justificar a agressão. Segundo dados divulgados, estima-se 59% de agressões dentro do namoro.

Foi apresentado um Estudo que detecta padrão de agressões entre jovens namorados.

O estudo denominado «Quanto mais me bates, mais eu (não) gosto de ti», co-financiado pela Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, foi desenvolvido no terreno pelo psicólogo Nelson Rodrigues, desde Maio de 2005.

O estudo sobre experiên-

cias de violência em relações afectivas junto de jovens dos 15 aos 24 anos, de cinco regiões do país, apurou que existe um padrão de agressões mútuas, sobretudo no campo da violência verbal e emocional.

A investigação compreendeu 596 questionários junto de jovens, dos 15 aos 24 anos, no meio escolar, em cinco regiões do país: Alentejo, Algarve, Lisboa e Vale do Tejo, Centro e Norte.

Em termos das agressões, as maiores percentagens de respostas assinaladas positivamente revelaram-se na violência verbal e emocional, a que ocorre quando o parceiro, na intimidade ou perante terceiros, insulta, ridiculariza ou faz o outro sentir que não faz nada bem. ●



No Dia Europeu da Vítima de Crime

# APAV apoiou em 17 anos cerca de 150 mil pessoas

**Hoje celebra-se o Dia Europeu da Vítima de Crime, fenómeno que em Portugal tem cada vez mais visibilidade social, bem demonstrado pelo número crescente de denúncias**

SEJA DE MATOS

"Entre 1990 e 2007, a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) registou um total de 138.526 crimes, através de 73.289 processos de apoio", revelou ontem ao nosso Jornal João Lázaro, director executivo da APAV, que frisou ocupar a Violência Doméstica um importante espaço no universo criminal. Tendo em conta que por cada processo, iniciado nas 15 unidades orgânicas da Associação, existia na maior parte das situações mais do que uma vítima, a APAV terá apoiado um universo estimado de 150 mil pessoas em 17 anos de existência, sublinhou.

Quanto ao ano passado, dos 12.761 apoios prestados, 45 por cento foram de auxílio genérico. Já dentro do apoio especializado, foi o jurídico que se destacou perante os restantes, com cerca de 24 por cento.

## Contactos familiares são muito importantes

Ao nível da intervenção na crise, João Lázaro salientou que em "cerca de 23 por cento" das situações foi necessário intervir de "forma imediata, com o intuito de contribuir para a redução do 'stress' emocional do utente".

Relativamente à chegada das denúncias, uma percentagem "bastante elevada" dos queixosos estabelece um "primeiro contacto com a APAV telefonicamente, na ordem dos 50,1 por cento", realçou. No entanto, tendo em conta a sensibilização dos Técnicos de Apoio à Vítima para o atendimento presencial (44,4 por cento), muitos são os utentes que, mais tarde, se dirigem directamente aos serviços da APAV.

O presidente da APAV referiu, por outro lado, que, "habitualmente, é o próprio lesado que estabelece o contacto (67,8 por cento)", enquanto os



João Lázaro

realizados por "familiares atingem os 14 por cento", revestindo-se a sua acção de "grande importância", uma vez que "muitas vezes são eles que conseguem incentivar o utente a procurar ajuda junto das instituições de apoio", esclareceu.

## Grande maioria das vítimas são mulheres

No tocante ao género das vítimas, apontou que a tendência de anos anteriores mantém-se, já que são as mulheres (87 por cento) as mais visadas em termos de vitimização. "Porém, a percentagem de homens vítimas de crime tem vindo a aumentar. Em 2005 representavam 10 por cento, em 2006, 11 por cento e o ano passado já surgiram como 12 por cento da população alvo do trabalho da APAV", acentuou.

Em termos de faixa etária, as vítimas que recorreram à APAV em 2007 situavam-se, em termos de idade, fundamentalmente entre os 26 e os 45 anos. Em 2006, a APAV registou um total de 32,7 por cento de casos nessa faixa etária, tendo subido para 34,1 pontos percentuais em 2007.

As crianças (7,2 por cento) e os idosos (7,6 por cento) são, em termos de idade, menos destacáveis, mas nem por isso de menor importância. ●



Delegado da Ordem dos Advogados esclareceu e explicou

# Posicionamento da Justiça relativamente a diversos crimes

**A perspectiva de um jurista, ainda por cima delegado da Ordem dos Advogados, em Viseu, era essencial. João Paulo Sousa deu-nos essa possibilidade**

SM

Os crimes contra as pessoas podem ser vistos através de duas perspectivas, isto é, pelo modo como a lei os tipifica. Podem ser públicos ou semi-públicos e isso dá-lhes uma forma processual diferente, explicou João Paulo

Sousa, delegado da Ordem dos Advogados, em Viseu.

Assim, no tocante aos crimes públicos, onde se insere a maior parte dos casos de violência doméstica, basta ao Ministério Público ter notícia do acontecimento, para mandar investigar e instaurar um processo.

Esclarecendo melhor, João Paulo Sousa referiu que nos casos de homicídio ou violência doméstica, o "processo corre desde que haja a prossecução da notícia". E foi mais longe: "Qualquer cidadão tem o dever de comunicar às autoridades o

conhecimento de um desses crimes públicos"

## Dificuldades

Nessa situação, mesmo que o queixoso pretenda suspender o processo, caberá sempre ao Ministério Público fazê-lo ou não, pois a sua decisão não depende da ou das denúncias feitas pela vítima. "Às vezes acontece haver mesmo julgamento, sem que seja essa vontade do agredido e do agressor", exemplificou.

Outra visão tem a ver com o

chamado crime semi-público. "Aí, a política criminal vai no sentido de desmotivar as vítimas no acesso à justiça, para repor aquilo a que têm direito", acentuou João Paulo Sousa. Ou seja, não incentiva o "recurso aos mecanismos legais, dificultando o acesso a eles", sublinhou.

Isso sucede em casos de ofensas corporais, injúria ou crimes contra a honra. "Essa dificuldade começa logo no pagamento da taxa de justiça de 192 euros", que não é "nada simpática", apontou. Normalmente, a indemnização, por outro lado,



João Paulo Sousa

não chega para repor as despesas, além de não haver a garantia de quem praticou o crime e foi condenado a pagar, por não ter dinheiro", especificou.

Foram estas as duas visões dadas pelo delegado da Ordem dos Advogados, em Viseu, no âmbito do Dia Europeu das Vítimas de Crime. ●

PSP e GNR

## Forças policiais empenhadas em ajudar na área da violência doméstica

SM

Tanto a Polícia de Segurança Pública (PSP), como a Guarda Nacional Republicana (GNR), têm gabinetes de apoio à vítima. Trata-se de uma área em que as duas forças de segurança se têm fortemente empenhado.

Em relação à PSP, o subcomissário Bruno Soares, comandante da Esquadra de Viseu referiu ontem ao nosso jornal que no "âmbito do Programa Integrado de Policiamento de Proximidade" da corporação, dois agentes integram a Equipa de Proximidade e Apoio à Vítima.

Os referidos elementos, com formação adequada para a área das vítimas de violência doméstica, além de outras atividades, fazem o acompanhamento e o encaminhamento

dos queixosos. "Dispomos de um gabinete para os receber, de forma reservada e anónima", salientou o subcomissário Bruno Soares.

Numa primeira abordagem, as vítimas são reencaminhadas para o Núcleo de Apoio à Vítima Doméstica, que funciona no Governo Civil, que lhes dá resposta psico-social.

"Em casos mais urgentes, a Segurança Social providencia a deslocação de técnicos à PSP, sendo as pessoas muitas vezes encaminhadas para a Cáritas de Viseu", esclareceu. "Estamos a acompanhar, neste momento, 20 vítimas", revelou.

Em relação à Guarda Nacional Republicana, foram registados 432 casos de vítimas de violência doméstica. O crescimento não significa que haja mais episódios, mas sim que as pesso-

as vão perdendo o medo e até a vergonha, acabando por denunciar as sevícias de que são vítimas.

Segundo o major António Dias, chefe da Secção de Investigação Criminal da GNR, a Guarda tem a funcionar o Núcleo Mulher e Menor (NMUME), que se encontra vocacionado para o atendimento de vítimas de violência doméstica. "Temos três militares, um homem e duas mulheres, devidamente habilitados para lidar com os casos de violência doméstica", frisou.

Esses elementos recebem fazem a recepção das queixas, ouvem a vítima, aconselham-na e fazem o seu acompanhamento. "Em alguns postos territoriais possuímos também técnicos habilitados no âmbito da problemática da violência

doméstica", explicou. As pessoas são encaminhadas para diversas entidades, como o Núcleo de

Apoio à Vítima, que funciona no Governo Civil, a Cáritas Paroquial de Santa Maria, para o

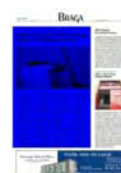
SOS Mulher e ainda para a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV). ●



Subcomissário Bruno Soares



Major António Dias



Estatísticas nacionais divulgadas ontem

# Gabinete de Apoio à Vítima de Braga registou 307 processos em 2007



A APAV revela um aumento da percentagem de homens vítimas de crime

Marta Encarnação

O Gabinete de Apoio à Vítima de Braga registou 307 processos no ano passado. Os números constam do relatório estatístico da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) apresentado ontem, Dia Europeu da Vítima de Crime.

Os casos registados em Braga representam 3,7 por cento do total nacional (8373). O GAV de Braga, que funciona na sede da Junta de Freguesia de S. Victor, está entre as sete unidades orgânicas da APAV que mais processos registaram no decorrer de 2007. Lisboa está no topo da lista com 29,2 por cento (2441), seguem-se os gabinetes do Porto (1491), Cascais (1121), Coimbra (589), Setúbal (376) e Vila Real (354).

O relatório divulgado em Lisboa revela ainda que dos 16.667

crimes registados, mais de 85 por cento foram de violência doméstica (14.534). Destes, 32 por cento referem-se a maus-tratos psíquicos e 30 por cento a maus-tratos físicos. As vítimas continuam a ser majoritariamente mulheres (89,5 por cento), casadas e com idades compreendidas entre os 26 e os 55 anos.

Mas apesar das mulheres serem as mais visadas em termos de vitimação, a APAV dá conta de um aumento da percentagem de homens vítimas de crime. Em 2005 representavam 10 por cento, em 2006 11 por cento e em 2007 surgiram como 12 por cento da população alvo do trabalho da APAV.

Dos casos de violência doméstica registados, a APAV adianta que a maior parte das vítimas residem nos distritos de Lisboa, Porto e Faro. Braga sur-

ge como residência de 4,1 por cento das vítimas.

Mais de 90 por cento das situações de violência doméstica registadas pela APAV no ano passado foram praticadas por homens entre os 26 e os 55 anos. Os crimes foram praticados pelos cônjuges ou companheiros. A residência foi o local onde se registaram a maior parte dos crimes.

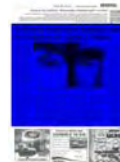
## Denúncias à GNR e PSP

A par da violência doméstica, a APAV registou crimes contra "Pessoas e Humanidade" (9,6 por cento), onde se destacam as ofensas à integridade física (3,3 por cento). O relatório revela ainda que a PSP e a GNR continuam a ser as autoridades mais procuradas para efectivação das queixas/denúncias.

Entre 1990 e 2007, a APAV registou um total de 138.526 crimes, através de 73.289 processos de apoio. Em 17 anos de actividade, a associação estima ter apoiado um universo de 150 mil pessoas.

Nos últimos sete anos, a APAV especializou-se em algumas áreas o que permitiu a esta organização não governamental de apoio à vítima de crime «incrementar estratégias mais eficazes de combate às problemáticas com que se depara diariamente».

A APAV possui uma rede nacional de 15 Gabinetes de Apoio à Vítima espalhados por todo o país, uma rede de duas casas de abrigo para mulheres e crianças vítimas de violência doméstica e uma Unidade de Apoio à Vítima Imigrante e de Discriminação Racial ou Étnica localizada em Lisboa.



# Violência doméstica domina casos do Gabinete de Apoio à Vítima

O Gabinete de Ponta Delgada da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) atendeu 120 casos em 2007, na quase totalidade mulheres alvo de violência doméstica, revela o relatório daquela estrutura.

No Dia Europeu da Vítima de Crime, a gestora do Gabinete, Helena Costa, adiantou à agência Lusa que a violência doméstica apresentou uma percentagem de 99% do total de crimes assinalados, nomeadamente os maus-tratos físicos e psíquicos, seguindo-se as ameaças ou coação.

A maioria das situações que chegaram ao serviço foi da ilha de São Miguel, principalmente dos concelhos de Ponta Delgada e Ribeira Grande, mulheres entre os 26 e os 45 anos.

Segundo as estatísticas, estas vítimas são domésticas (19,8%), seguindo-se os estudantes (14,3%).

Os autores do crime são, maioritariamente, do sexo masculino, entre os 36 e os 45 anos, na sua maioria desempregados.



>> **VIOLÊNCIA DOMÉSTICA** Em 2007 a APAV atendeu perto de 120 casos

Em 2007, foram maioritariamente as próprias vítimas que estabeleceram o primeiro contacto com o Gabinete de Apoio de Ponta Delgada, deslo-

cando-se ao local, mas serviram-se também do telefone para o fazerem.

De acordo com o relatório, no último ano, o encaminhamento

da vítima foi feito por uma rede de amigos ou conhecidos (9,2%) e a família (5,8%).

Tendo em conta que são nas relações familiares que "crescem

os principais focos de tensão", a residência comum (85,7%) foi o local do crime mais referenciado, seguindo-se a casa da vítima com 4,8%.

*De acordo com o relatório, no último ano, o encaminhamento da vítima foi feito por uma rede de amigos ou conhecidos (9,2%) e a família (5,8%). Tendo em conta que são nas relações familiares que "crescem os principais focos de tensão", a residência comum (85,7%) foi o local do crime mais referenciado, seguindo-se a casa da vítima com 4,8%.*

As pessoas casadas, vivendo numa família de tipo nuclear com filhos, foram as que mais recorreram ao Gabinete de Ponta Delgada, em 2007.

Helena Costa explicou que, do total dos 120 processos iniciados no ano passado, "24 por cento não se enquadravam no âmbito da Associação, não existindo portanto qualquer tipo de crime nestes casos".

O Gabinete de Ponta Delgada da APAV foi criado em Fevereiro de 2004, funcionando desde então num espaço que pertence à Câmara Municipal de Ponta Delgada.

Em Março próximo a estrutura inaugura o seu espaço próprio, novas instalações que vão permitir "uma maior privacidade no atendimento aos utentes", sublinhou Helena Costa.

O Gabinete presta apoio jurídico, social e psicológico às vítimas, ajudando ainda as suas respectivas famílias.

Entre 2004 e 2007, o Gabinete registou um total de 404 processos de apoio.

- 1ª página
- sociedade
- política
- ocorrências
- cultura
- ambiente
- desporto
- economia
- opinião
- institucional
- correio do leitor

- pesquisa
- arquivo

OESTE  
ACTIVO

airo.oestedigital.pt

- fórum
- links



Rui Filipe Francisco



26-02-2008 :: Francisco Gomes

## Caldas da Rainha Campanha "Acabar com a violência sobre as mulheres"



O Núcleo da Região Oeste da Amnistia Internacional promove uma sessão de reflexão, esclarecimento e formas de acção no âmbito da campanha **"Acabar com a violência sobre as mulheres"**.

A acção terá lugar no dia 1 de Março, pelas 16 horas, no auditório da Biblioteca Municipal das Caldas da Rainha. Contará com a participação de Filipa Alvim, autora do relatório **"Mulheres (in)**

**visíveis"**, da secção Portuguesa da Amnistia Internacional, Isabel Baptista, Juiz de Direito, membro da direcção da Associação de Juizes pela Cidadania (AJPJ), e Vítor Trindade, Comandante da PSP de Caldas da Rainha.

**"A violência sobre as mulheres é das mais vastas e persistentes violações de Direitos Humanos, e manifesta-se em diversos contextos: na família, na comunidade, nas instituições estatais, em situações de conflito e pós-conflito armado. Acabará quando cada um de nós se comprometer a não cometê-la, a impedir que outros a cometam, e a lutar até que seja eliminada em todo o Mundo"**, refere o Núcleo da Amnistia Internacional.

Em Portugal, segundo o relatório **"Mulheres (In)visíveis"**, no ano de 2005 foram denunciados 18.192 casos de violência doméstica à GNR e à PSP. A APAV recebeu, no mesmo ano, 12.809 denúncias. Entre 65% a 87% dos casos apresentados às autoridades, o agressor era cônjuge ou companheiro da vítima.

Francisco Gomes